

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 – CPL/CIGÁS

A **CIGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS**, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Diretoria da CIGÁS, conforme Portaria nº 09, de 16 de setembro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, MODO DE DISPUTA ABERTO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos da **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Estadual (AM) nº 4.730, de 27 de dezembro de 2018 e o Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, bem como pelas condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a empresa especializada no fornecimento de solução Gestão de Pessoas, ofertada no modelo SaaS (Software as a Service) incluindo os serviços acessórios e complementares necessários à plena utilização da ferramenta, tais como implantação, parametrização inicial, migração de dados, treinamento, suporte técnico e consultoria sob demanda, além, manutenção evolutiva e legal sem descaracterizar a natureza do objeto principal, conforme condições e especificações constantes neste **Edital** e seus **Anexos**.

1.1.1. A descrição do objeto da futura contratação, especificações técnicas e instruções a respeito do fornecimento do objeto ofertado estão previstas no **Termo de Referência – item 3 do Detalhamento do Objeto e Especificações Técnicas do Serviço, Anexo II** deste **Edital**.

1.1.2. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE** observadas as exigências contidas neste **Edital** e seus **Anexos** quanto às especificações do objeto.

2. DA PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1. Os recursos para contratação do objeto deste **Edital**, serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, conforme previsto no **item 13 (ORIGEM DOS RECURSOS)** do Termo de Referência, **Anexo II**, deste **Edital**.

2.2. O valor estimado para esta Licitação é sigiloso, na forma do **art. 34 da Lei nº 13.303/2016**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. O **Edital** e seus **Anexos** estarão disponíveis às empresas interessadas no endereço eletrônico www.gov.br/compras, bem como, no endereço eletrônico da CIGÁS www.cigas.com.br.

3.2. Poderão participar deste Pregão as empresas:

Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e estejam HABILITADAS PARCIALMENTE (habilitação parcial válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa - MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 e suas alterações, situação esta que será verificada mediante consulta "*on line*" junto aquele Sistema, na hora da licitação (**Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001**), com redação dada pelo **Decreto nº 4.485/2002**, ou apresente a documentação na forma do art. 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021

3.3. Não será admitida a participação de proponente nas seguintes condições:

3.3.1. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos estabelecidos no **art. 38º da Lei nº 13.303/2016**, no **Decreto Federal nº 10.024/2019** e pelo **Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CIGÁS**;

3.3.2. Empresas que possuam, em sua Diretoria ou quadro técnico, funcionário(s) vinculado(s) à CIGÁS, participando desta licitação;

3.3.3. Empresas que possuam representantes legais, prepostos ou procuradores comuns participando simultaneamente com mais de uma proposta;

3.3.4. Empresas que combinarem entre si, visando frustrar a competitividade do processo ou pertencentes ao mesmo grupo econômico;

3.3.5. Empresas que possuam representantes participando com mais de uma proposta;

3.3.6. Empresas inadimplentes com obrigações assumidas junto à CIGÁS;

3.3.7. Empresa estrangeira que não funcione no País;

3.3.8. Consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.3.9. Empresa cujo objeto social **não** seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.3.10. Que esteja direta ou indiretamente impedidos pelo RILC/CIGÁS;

3.3.10.1. Para fins do disposto no **Item 3.3.10**, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.3.11. Empresas que não apresentem condições jurídicas, fiscais, econômico-financeiras ou técnicas, exigidas na presente licitação; e

3.3.12. Empresas que estejam sob falência (ou recuperação judicial ou extrajudicial), concurso de credores, dissolução e liquidação, atentando para o disposto na Lei nº 11.101/05.

3.3.12.1. Excepcionalmente, será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que comprovem o acolhimento judicial de seu plano de recuperação, na forma do **art. 58º da Lei 11.101, de 2005**, ou estejam amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (**Acórdão TCU 1201/2020 - Plenário**), devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. Nestes casos, os atos, contratos e documentos firmados terão acrescidos, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial", conforme art. 69º do referido diploma legal.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o a chave de acesso e senha para acesso ao Sistema.

4.3. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, poderão ainda providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao *Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet)*.

4.3.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de a chave de acesso e senha conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.4. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação no presente certame, observado o disposto no **Item 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** deste **Edital**, no que couber.

4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e **mantê-los atualizados** junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. Para elaboração das propostas, as licitantes deverão levar em consideração:

5.1.1. A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

5.1.2. Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes vigentes na data da

licitação.

5.1.3. O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro e demais exigências especificadas no Edital e seus anexos.

5.2. Do cadastro da proposta de preços no sistema eletrônico:

5.2.1. Após a divulgação do **Edital** no portal www.gov.br/compras, os licitantes deverão incluir/cadastrar sua proposta, **até a data e hora marcadas para a abertura da sessão**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico – www.gov.br/compras – quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.2.2. O cadastro da proposta inicial, exigida neste **Edital**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2.3. Ao cadastrar sua proposta no sítio www.gov.br/compras, o licitante deverá fazer a inclusão do **Valor unitário DE CADA ITEM QUE COMPÕE O LOTE, Marca/Fabricante e Modelo/Versão.**

5.2.4. Havendo incompatibilidade entre as especificações do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nestes últimos.

5.2.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão alterar a proposta no sistema.

5.2.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste **Edital** e seus **Anexos**, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

5.2.7. O cadastramento da proposta implicará pela aceitação, por parte do licitante das condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

5.2.8. Uma vez cadastrada a proposta, o licitante estará declarando que está ciente e que concorda com as condições contidas neste **Edital** e seus **Anexos**, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

5.2.9. O preço proposto resultante do desconto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.2.10. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da Sessão Pública.

5.2.11. A licitante ofertará, no mínimo, 100% (cem por cento) das quantidades estabelecidas em cada item previsto no campo “itens do **Anexo de Edital**” constante no sistema.

5.2.12. Após abertura da sessão, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.2.13. No momento de cadastramento da Proposta no sistema, **quaisquer elementos que possam identificar o licitante**, importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

5.2.14. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de lances onde o sistema estabelecerá a classificação.

5.2.15. Serão desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.2.16. As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

5.2.17. Como condição para participação no Pregão, no momento do **cadastro da proposta** no sistema, a licitante **deverá “marcar” ou “não marcar”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo ao Termo de aceitação das declarações:

5.2.17.1. Condições de participação

5.2.17.1.1. Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; e

5.2.17.1.2. Declara que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.2.17.2. Declarações para fins de habilitação

5.2.17.2.1. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

5.2.17.2.2. Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

5.2.17.2.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.2.17.2.4. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e

5.2.17.2.5. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.2.17.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.2.17.3.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante; e

5.2.17.3.2. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.2.17.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa

5.2.17.4.1. Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.3. Do envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico:

5.3.1. Após a etapa de lance e negociação da Proposta de Preços, quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante, **classificado em primeiro lugar e/ou melhor classificado, deverá enviar**, juntamente com os documentos constantes do **Item 9** deste **Edital**, **a proposta de preços**, **Anexo III deste Edital**, acompanhada de todos os documentos descritos nos itens 6.1 e 6.2 do Termo de Referência, **PREFERENCIALMENTE** que possuam autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica, exclusivamente por meio do sistema www.gov.br/compras - opção "enviar **Anexo**", **podendo ser incluído um único arquivo**, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

5.3.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de proposta ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante.

5.3.3. A forma de apresentação da Proposta de Preços encontra-se disposta no **Anexo III – Modelo da Proposta de Preços**, devendo a licitante atentar para as observações constantes deste **Anexo**.

5.3.4. A Proposta de Preços deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando necessário o valor unitário e o valor total, para cada item, conforme o disposto no instrumento convocatório.

5.3.5. A Proposta de Preços enviada via sistema eletrônico, **não necessita de reconhecimento de firma**, contudo, que seja encaminhada, **PREFERENCIALMENTE**, com autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica.

5.4.5.1. A via original da Proposta de Preços final deverá ser enviada, por meio **físico**, devendo estar assinada pelo representante legal do licitante **com reconhecimento de firma**, atentando ao disposto na **Lei nº 13.726/2018**, SOMENTE quando solicitada pelo **Pregoeiro**, conforme previsto no **item 8.1** deste **Edital**.

5.4.5.2. Caso a documentação a ser enviada, em sua TOTALIDADE, possuam autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica, será dispensável o envio da via impressa original.

5.3.6. A Contratada estará vinculada à todas as especificações do objeto contidas no Edital e em seus anexos.

5.3.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.3.9. O prazo de validade da Proposta de Preços não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, quando da convocação pelo Pregoeiro.

5.3.10. Quando na Proposta de Preços não constar o prazo de validade ou consignar termo inferior ao estabelecido no item acima, prevalecerá o prazo constante neste **Edital**.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE ENVIO DE LANCES:

6.1. A Sessão Pública deste Pregão Eletrônico será aberta automaticamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

UASG: 926187 – COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Data da sessão pública: 23/02/2026

Horário: 09h30 (horário de Brasília) e 08h30 (horário de Manaus)

6.2. Para as indicações de horário, constantes neste **Edital**, no aviso e durante a sessão pública será considerado o horário de **Manaus (AM)**.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (**art. 19,**

Inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019).

6.4. Os interessados em participar do certame poderão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação – CPL/CIGÁS, por meio do telefone (92) 3303-3201 ou pelo e-mail cpl@cigas.com.br, a fim de receber orientações ou dirimir qualquer dúvida referente ao **Edital** e seus **Anexos**.

6.5. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

6.6. Em conformidade com as condições estabelecidas no **Item 3** deste **Edital**, terá início à sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 90004/2026**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.6.1. Considerando que, para fins do Sistema Eletrônico, as propostas registradas tornar-se-ão os primeiros lances das licitantes, caso seja identificada alguma desconformidade com o instrumento convocatório, o Pregoeiro analisará, caso a caso, a fim de verificar a ocorrência de erros e, caso existam, se são de natureza sanável.

6.6.2. Na hipótese de erro sanável durante a fase de lances, o Pregoeiro cientificará, via *chat*, todas as licitantes logadas, sobre o problema detectado, fazendo referência ao valor registrado, já que o Sistema Eletrônico não possibilita a identificação do licitante, de forma que todas as participantes não se deixem influenciar pelo erro e possam registrar seus lances considerando, unicamente, sua condição comercial.

6.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando **MENOR PREÇO DE CADA ITEM QUE COMPÕE O LOTE, abrangendo todos os tributos**.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no **Edital**.

6.10. Durante a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real) para cada item.**

6.12.1. Os valores deverão ser calculados utilizando-se **duas casas decimais.**

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.14. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.14.1. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.15. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens, chat, entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item acima, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.19. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá

o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, **do valor do menor lance registrado**, vedada a identificação do licitante.

6.22. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

6.23. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos **artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015**.

6.25. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.29. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate conforme previsto nos **artigos 36 e 37 do Decreto nº 10.024/2019 e art. 60 da 14.133/2021.**

6.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem *jus* às margens de preferência, conforme regulamento. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **artigo 55 da Lei nº 13.303/2016.**

7. DA ACEITABILIDADE DO VALOR OFERTADO:

7.1. Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação acompanhada dos documentos de habilitação neste **Edital** em seus **Anexos**, observado o disposto no parágrafo único do **art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.**

7.2. O Pregoeiro decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos de acordo com o **VALOR GLOBAL DO LOTE, VERIFICANDO SE OS VALORES UNITÁRIOS ESTÃO DENTRO DO ESTIMADO.**

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste **Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo II)** deste **Edital.**

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das propostas.

7.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas no **Edital**, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

7.7. Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, que após a negociação, apresentar preço final superior ao preço de referência da **CIGÁS**, quer seja para itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos (**Acórdão nº 8.060/2020 -TCU - Plenário**), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.7.1. Será **desclassificada** a proposta, quando no regime de julgamento pelo menor valor do lote, apresentarem valores de item, após a negociação, superiores ao valor máximo obtido na cotação de mercado, que integra o Valor de Referência, conforme o (**Acórdão nº 2.857/2013 – Plenário, do TCU**).

7.7.1.1. O Pregoeiro poderá consultar a área técnica, para exame de admissibilidade dos preços ofertados, nas hipóteses acima.

7.7.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos **artigos 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016** e do **artigo 47 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.

7.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento na forma digital complementar, quando for o caso, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Se a proposta de menor lance não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao **Edital**.

7.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. Nesta fase, também é de suma importância que os licitantes permaneçam conectados para facilitar a negociação quando necessário, sob pena de desclassificação.

7.13. DA NEGOCIAÇÃO:

7.13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, via chat, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, caso não sejam realizados lances, será verificado a conformidade entre: a proposta de menor valor e o valor de referência da CIGÁS.

7.13.3. Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em chat.

7.14. O pregoeiro poderá convocar o licitante para tratativas de diligências, por meio da funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no chat prazo razoável para atendimento, sob pena de desclassificação.

7.15. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Após o encerramento da etapa de lances, análise, julgamento e negociação da proposta de preços o licitante, **classificado em primeiro lugar e/ou melhor classificado, deverá enviar**, juntamente com os documentos constantes do **Item 9** deste **Edital**, **proposta de preços** ajustada ao lance final do licitante declarado vencedor **Anexo III** deste **Edital**, acompanhada de todos os documentos descritos nos itens 6.1 e 6.2 do Termo de Referência, exclusivamente por meio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> - opção **PREFERENCIALMENTE** "enviar **Anexo**", em 01 (um) único arquivo, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro e deverá:

8.1.1. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado, digitada, em uma via, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

8.1.2. As propostas enviadas via sistema eletrônico, **não necessitam de reconhecimento de firma**, contudo solicitamos que venham, **PREFERENCIALMENTE**, com autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica;

8.1.3. Caso a documentação a ser enviada, **em sua TOTALIDADE**, possua autenticação eletrônica e/ou assinatura digital, passível de validação eletrônica, será dispensável o envio da via original impressa;

8.1.4. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de proposta ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante;

8.1.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante analisar e conferir todas suas documentações inseridas no sistema, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação, omissão ou qualquer outro pretexto;

8.1.6. O reconhecimento de firma, atentando ao disposto na **Lei nº 13.726/2018**, a que se refere o item acima, será exigido somente, no momento da apresentação da proposta original enviada pelo licitante **vencedor**, via impressa, conforme previsto no **Item 5.4.1** deste **Edital**.

8.2. A proposta final deverá ser autuada no processo administrativo e será considerada no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.3. A Contratada estará vinculada à todas as especificações do objeto contidas na Proposta de Preços, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

8.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.4.1. Ocorrendo divergência entre o valor global e o valor do lance ou entre os preços unitários e o preço global, prevalecerá o valor do lance e a proposta deverá ser corrigida.

8.4.1.1. Nas hipóteses previstas no **Item 8.4.1** será solicitado a confirmação do valor ofertado via chat e não havendo motivos que desclassifiquem a proposta, será solicitado o envio da proposta ajustada considerando o valor registrado no Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet).

8.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste **Edital**, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste **Edital** e seus **Anexos**, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.7. Toda a documentação exigida que não for assinada eletronicamente deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada em Cartório competente, devendo ser encaminhados ao Pregoeiro do presente certame, na sede da **CIGÁS, localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 6.100, no Bairro de Flores, Manaus/AM, CEP: 69058-830**, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, **SOMENTE** quando solicitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação do Pregoeiro.

8.7.1. Quando da apresentação dos documentos citados no **Item 8.7**, as certidões negativas deverão estar válidas na data do recebimento, atentando para o disposto nos **artigos 42 e 43 da Lei nº 123/2006**.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o(s) Código(s) CNAE;

9.1.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, constante no portal da internet (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste **Edital** e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, na funcionalidade “**Convocar Anexo**”, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Deverão ser encaminhadas/anexadas, sem prejuízo da possibilidade de serem obtidos por meio de consulta SICAF, **juntamente com a proposta de preços**, as seguintes documentações complementares ao **SICAF**:

9.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.6.1.1. Cédula de Identidade ou qualquer outro documento equivalente (**com foto**) do (s) Sócio (s) (Administradores) da empresa;

9.6.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual, contendo, em seu objeto social, a atividade compatível ao ramo, concernente ao objeto do presente certame;

9.6.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, **juntamente** com as suas respectivas alterações posteriores (caso elas existam) e/ou a versão consolidada, devidamente registrados na Junta Comercial (sociedades comerciais) e, no caso de Sociedades por Ações, da apresentação da Ata (devidamente arquivada no órgão competente) da Assembleia Geral que elegeu seus Administradores, devendo ser apresentada comprovação da publicação, pela imprensa, da ata arquivada, além de contemplar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

9.6.1.3.1. O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica, conforme versa o **Acórdão TCU nº 642/2014-Plenário**;

9.6.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir, juntamente com documento que identifique os seus administradores.

9.6.1.5. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, poderá de forma suplementar, comprovar esta condição mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial** (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**, conforme Modelo de Declaração ME/EPP, **Anexo IV** do Edital.

9.6.1.6. A Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor

Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Pregão, mediante apresentação de Atestado ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já atuou com o objeto igual, similares ou equivalentes ao objeto desta licitação, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS**.

9.6.2.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro, quando for o caso.

9.6.2.3. Os atestados deverão referir-se ao objeto, serviços prestados e/ou material no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.6.2.4. Para comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA) subitens 6.1 e 6.2, do ANEXO II - Termo de Referência - deste Edital**, sob pena de desclassificação durante a análise técnica ou inabilitação durante a análise da fase documental.

9.6.2.5. Nos casos de apresentação de atestado de capacidade técnica entre Matriz e Filial o Tribunal de Contas da União, através do **Acórdão 3056/2008** esclarece que matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. A matriz e filial representa, estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica. Segue a mesma linha de raciocínio o Ministro Relator do **Acórdão 1277/2015**.

9.6.2.6. O licitante disponibilizará, sempre que solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços e/ou fornecidos os materiais.

9.6.2.7. A Administração se resguarda no direito de diligenciar, caso seja necessário, junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o documento disponibilizado e cópias dos respectivos contratos e aditivos, produtos e/ou outros

documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.6.2.8. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme este **Edital** e seus **Anexos**, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

9.6.2.9. Após a análise de documentação de habilitação, a licitante melhor classificada, realizará a Prova de Conceito (POC), de caráter eliminatório, que ocorrerá de acordo com os termos e condições definidos nos itens 6.3 a 6.8 do Termo de Referência, Anexo II deste Edital.

9.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.6.3.1. Certidões Negativas de Falência (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, o prazo de validade das referidas certidões será de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

9.6.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, ***já exigíveis e apresentados na forma da lei***, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.6.3.2.1. Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais (**Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015**).

9.6.3.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.3.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.6.3.3. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão ser apresentados em uma das seguintes formas:

9.6.3.3.1. Inscritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento;

9.6.3.3.2. As empresas que utilizam obrigatoriamente o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 e suas alterações, deverão encaminhar as demonstrações juntamente com o **recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped.**

9.6.3.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1(um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\ \text{(LG)} \quad &= \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \\ \text{(SG)} \quad &= \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} \\ \text{(LC)} \quad &= \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.6.3.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.6.3.6 O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão vir assinadas pelo contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, responsável pelas peças contábeis.

9.6.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.6.4.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e o INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas **alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751 de 02 de outubro de 2014, válida.

9.6.4.2. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,

demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, válida.

9.6.4.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante, válida.

9.6.4.4. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, feita mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme disposto na **Lei nº 12.440/2011** e **Resolução Administrativa nº 1.470/2011** do TST, emitida por meio do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>, válida.

9.6.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

9.6.5.1. Quando da análise da documentação de habilitação, o licitante deverá estar com as certidões negativas válidas, atentando para o disposto nos **artigos 42 e 43 da Lei nº 123/2006**.

9.6.5.1.1. O pregoeiro solicitará atualização das certidões vencidas, desde que na abertura do certame estivessem válidas, para atualização e habilitação do licitante vencedor.

9.6.5.2. Os documentos e **Anexos** exigidos fisicamente, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada física ou digital, nos prazos estabelecidos neste **Edital**.

9.6.5.2.1. Serão aceitas autenticações e assinaturas digitais, desde que seja possível a verificação de sua autenticidade.

9.6.5.3. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital** e seus **Anexos**.

9.6.5.4. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao **Item 3 (DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO)** e **Item 9 (DA HABILITAÇÃO)** do presente **Edital**.

9.6.5.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

9.6.5.6. A habilitação do licitante vencedor será verificada em tempo real ("on-line") no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), após a análise e julgamento da proposta de preços.

9.6.5.7. Os licitantes que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, deverão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos

dados vencidos ou não atualizados, no momento do envio da documentação de habilitação no Portal de Compras do Governo (ComprasNet), conforme prevê o **Item 9.3** deste **Edital**.

9.6.5.8. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da **Lei Complementar nº 123/2006**, interessadas em participar desta licitação, **DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO (art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).**

9.6.5.9. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora deste certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa (**§1º art. 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

9.6.5.9.1. O PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA SERÁ CONTADO A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO.

9.6.5.9.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.6.5.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei nº 13.303/2016**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (**§ 2º artigo 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

9.6.5.9.4. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

9.6.5.9.4.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.6.5.9.4.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

9.6.5.9.4.3. No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que,

COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz e vice-versa.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o **Edital** de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até o **dia 13/02/2026 (art. 24º do Decreto nº 10.024/2019)**.

10.2. Os pedidos de impugnações, informações e esclarecimentos deverão ser interpostos por meio de documento em papel timbrado, com a indicação do certame, data, descrição coerente da solicitação, assinatura e carimbo do Representante Legal, podendo ser encaminhado ao endereço eletrônico **cpl@cigas.com.br** ou solicitados, **por escrito e protocolizado, no PROTOCOLO da CIGÁS**, ambos devendo observar o horário compreendido entre 8h às 16h (horário local Manaus-AM), no endereço citado no **Item 8.7**, até o dia **13/02/2026 (artigos 23º e 24º do Decreto nº 10.024/2019)**, ficando a cargo dos licitantes interessados a consulta e acompanhamentos das divulgações no sistema eletrônico (www.gov.br/compras) ou no endereço eletrônico da CIGÁS (www.cigas.com.br).

10.3. A CIGÁS responderá os questionamentos encaminhados, as respostas serão registradas por meio de ofícios circulares, que serão disponibilizadas no endereço eletrônico da CIGÁS, www.cigas.com.br e www.gov.br/compras.

10.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração da especificação do objeto do **Edital** e seus **Anexos** e pela Gerência Jurídica da Companhia, decidir sobre a impugnação.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização deste certame, nos termos e condições da lei.

10.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11. DOS RECURSOS:

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas onde será concedido o prazo de, **no mínimo, 10 (dez) minutos** e do ato de habilitação ou inabilitação será concedido o prazo de, **no mínimo, 10 (dez) minutos**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.2. Com o objetivo dos licitantes manifestarem a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (**art. 44 do Decreto nº 10.024/2019**).

11.3. Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito.

11.3.2. Uma vez admitido a intenção recursal, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (**Artigo 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019**).

11.3.3. O Pregoeiro julgará as razões recursais de forma motivada e havendo manutenção de sua decisão, deverá submete-la à Autoridade Superior.

11.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo a autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso (**Artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019**).

11.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no endereço constante neste **Edital**.

11.6. Os procedimentos para interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico em formulários próprios.

11.7. Não serão dados como conhecidos pelo Pregoeiro os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais, enviados por e-mail, bem como os que não contiverem a identificação do responsável legal ou preposto da empresa.

11.8. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo (**Artigo 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/2000**).

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que teve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam; e

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do **Artigos 43, §1º da LC nº 123/2006**. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório; e

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1. A adjudicação e homologação da licitação será efetuada pelo Diretor Executivo/Presidente após o encerramento da sessão pública, ou, quando houver recurso, após o encerramento da fase recursal.

14. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE:

14.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Companhia de Gás do Amazonas - **CIGÁS**, convocará a licitante vencedora, para assinatura do instrumento contratual, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

14.2. O prazo será definido no ato do envio do contrato e poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, conforme previsto no **§ 1º, do artigo. 75, da Lei nº 13.303/2016**.

14.3. O CONTRATO será firmado entre a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e a empresa vencedora da licitação, o qual consignará os direitos e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste **Edital**, independente de transcrição.

14.4. Constan do modelo da minuta de CONTRATO que compõe o **Anexo I** deste **Edital**, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes de acordo com previsto na **Lei nº 13.303/2016**.

14.5. É facultado à Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS), quando o convocado não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

14.6. Decorridos **90 (noventa) dias consecutivos** da data da apresentação das propostas físicas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.7. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta vencedora, e caso persista o interesse no objeto licitado, a Administração poderá solicitar prorrogação dessa validade.

14.8. Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto ofertado a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste **Edital**, em seus **Anexos** e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste **Edital**.

14.9. Quem for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, e não celebrar o **CONTRATO**, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou apresentar falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedido do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas em **Edital** e no **CONTRATO** e das demais cominações legais.

14.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

15. DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

15.1. A execução do **CONTRATO**, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas contratuais, pelo disposto na **Lei nº 13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

15.2. O prazo de vigência contratual será contado a partir da data de assinatura do contrato, bem como os demais prazos que serão conforme estabelecidos no **Item 7 do TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo II** deste **Edital**.

16. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será realizado mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da **CIGÁS**, a qual será processada e paga segundo legislação vigente, em até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes e conforme estabelecido **TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo II** deste **Edital**.

16.2. O pagamento ficará condicionado à apresentação, por parte da Contratada à **CIGÁS**, os seguintes documentos de regularidade fiscal e trabalhista: Certidão Negativa de Débitos do FGTS, INSS, Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Trabalhista, válidos.

16.3. A Nota Fiscal será emitida pela **CONTRATADA**, sem rasuras, legível e em nome da **CIGÁS**

contendo no campo de descrição a relação do fornecimento do objeto, bem como a referência ao número do contrato firmado.

16.4. Constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

16.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

16.6. A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

16.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16.8. Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes do fornecimento do objeto, efetivamente realizados, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

16.9. O valor constante da Nota Fiscal discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

17. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

17.1. Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, conforme o disposto no **Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

18. DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

18.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, conforme Minuta do Contrato, na Clausula de IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são complementadas pelo descrito no Termo de Referência e Contrato, **Anexos** deste **Edital**.

19.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.2.1. Obedecer rigorosamente às condições, contidas no **Processo Administrativo nº 003/2025**, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela **CIGÁS**;

19.2.2. Fornecer o objeto da presente licitação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus **Anexos** e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CIGÁS**;

19.2.3. Iniciar o fornecimento do objeto ofertado, após a assinatura do contrato, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que o impossibilite de cumprir o estabelecido;

19.2.4. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o material fornecido e/ou serviço executados;

19.2.5. Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis;

19.2.6. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do objeto ofertado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o **inciso IX, do artigo 69, da Lei nº 13.303/2016**;

19.2.7. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer;

19.2.8. Comunicar imediatamente à **CIGÁS**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA**, a fim de que sejam corrigidos;

19.2.9. Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega do objeto contratado; e

19.2.10. Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas aos Procedimentos Operacionais da **CIGÁS**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CIGÁS**.

19.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.3.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

19.3.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

19.3.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados.

19.3.4. Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento do objeto ofertado.

19.3.5. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento do objeto ofertado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

19.3.6. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

19.3.7. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na execução do objeto contratado.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções em conformidade com o **Decreto Estadual nº 21.178/2000**, e alterações, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas, disciplinadas nos **Artigos 82 a 84, da Lei nº 13.303/2016**.

20.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste **Edital** e dos contratos dele decorrente, em face do disposto no **Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás**, serão obedecidos no âmbito da Administração pública, direta ou indireta.

20.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar e retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no **Edital** e na **Lei nº 13.303 de 01 de abril de 2016**. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao **Edital**, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.

20.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o **CONTRATO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes de que trata o respectivo **Edital**.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 13.303/2016 e RILC/CIGÁS**.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

21.1. A rescisão do **CONTRATO** regular-se-á pelas suas cláusulas contratuais, constante do **Anexo I**, deste **Edital**, pelo disposto na **Lei nº 13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

22.1. A **GESTÃO** e **FISCALIZAÇÃO**, durante a execução dos serviços e/ou fornecimento, será exercida pela CIGÁS, por meio de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as obrigações assumidas, conforme disposto no Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, **Anexos** deste **Edital**.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada

a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.2. Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.3. Qualquer modificação no presente **Edital** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

23.4. As **PROPONENTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CONTRATANTE** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5. As **PROPONENTES** são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus **Anexos**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **CONTRATANTE**.

23.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro **CONTRATO**.

23.9. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições da legislação vigente e pertinente à matéria.

23.9.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com a **Lei nº 13.303/2016**, subsidiada pelo **Decreto nº 10.024/2019, Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás** e suas alterações, tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

23.10. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente

informal.

23.11. Este **Edital** será disponibilizado a qualquer interessado, nos endereços www.gov.br/compras e www.cigas.com.br.

23.12. As licitantes, após a publicação oficial deste **Edital**, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos endereços eletrônicos mencionados no **Item 3.1**, das eventuais republicações e/ou retificações de **Edital**, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

23.13. DAS ASSINATURAS DE PRÓPRIO PUNHO OU DIGITAL

23.13.1. Os documentos assinados de próprio punho, deverão estar assinados pelo representante legal com reconhecimento de firma, atendendo ao disposto na Lei nº 13.726/2018, em seguida deverão ser digitalizados em extensão “PDF”, não editáveis, e encaminhados via sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

23.13.2. A assinatura digital do Representante Legal, em meio eletrônico, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no site eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>;

23.13.3. O Pregoeiro poderá solicitar a verificação da autenticidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet.

24. DOS ANEXOS DO EDITAL:

24.1. São **Anexos** do **Edital**, fazendo dele parte integrante independentemente da transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. Anexo I – Minuta do Contrato;

24.1.2. Anexo II – Termo de Referência;

24.1.2.1 Anexo A- Roteiro de Funcionalidades Essenciais a serem apresentadas na Prova de Conceito (POC);

24.1.3. Anexo III – Modelo da Proposta de Preços;

24.1.4. Anexo IV – Modelo de Declaração ME/EPP.

Manaus, 03 de fevereiro de 2026.

Elaborado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno
de Licitação e Contratos- CIGÁS.

Amanda dos Santos Serrão

Analista de Licitação

Comissão Permanente de Licitação - CPL/CIGÁS

Aprovado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno
de Licitação e Contratos- CIGÁS.

Renan Pereira Souza

Gerência Jurídica - GEJUR/CIGÁS.

TERMO DE CONTRATO N. xxx/20xx

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXX, celebrado entre a **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS** e a empresa **XXXXXXXXXX**, na forma abaixo:

Por este ato, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na sede da **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS**, sociedade de economia mista, constituída pela Lei n. 2.325 de 08 de maio de 1995, e suas alterações, consolidada conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 03 de novembro de 2004, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. 00.624.964/0001-00, situada na Avenida Torquato Tapajós, n. 6.100, Bairro: Flores, CEP 69058-830, Manaus/AM, denominada simplesmente **CIGÁS** ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por seus respectivos Diretores:

Diretor-Presidente **Sr. HERALDO BELEZA DA CÂMARA**, brasileiro, engenheiro civil, portador de Cédula de Identidade n. 280.769-SSP/AM, inscrito no CPF sob o n. 027.644.662-34 e;

Diretor Técnico e Comercial / Diretor Financeiro e Administrativo, **Sr. CLOVIS CORREIA JUNIOR**, xxxxx, xxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade n. xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxxxxxxx/ **Sr. CARLOS MAURO MOURA BARREIRA DE ALENCAR**, xxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade n. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxxxxxxx, ambos com endereço profissional na sede da Companhia.

Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. xxxxxxxxxxxx, com endereço na Rua xxxxxxxxxxxx, Bairro: xxxxxx – Município/Estado – CEP xxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (profissão), portador(a) de cédula de identidade n. xxxxxx-SSP/AM, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxxx, denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Na presença de testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXX** que se regerá pelas normas da Lei n. 13.303/2016 com as alterações posteriores, pelo Regulamento de Licitação e Contratos – RILC da CIGÁS, com base no Processo Administrativo CIGÁS n. xxx/20xx, e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Por força do presente CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se a prestar à CIGÁS os serviços de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme estabelecido no Termo de Referência n. XX/20xx e demais documentos, partes integrantes do Processo Administrativo n. 0xx/20XX, cumprindo o inteiro teor da proposta constante do referido processo que passa a integrar o presente instrumento, como se nele tivesse transcrito.

1.2. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico n. 00X/20XX/ ou na formalização da Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação n. xx/20xx, parte integrante do presente CONTRATO, independente de transcrição.

1.3. Integram e complementam este termo de CONTRATO, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação/ dispensa/ inexigibilidade de licitação que trata o item anterior.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor mensal do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX)**, totalizando o valor total de **R\$ xxxx (xxxxxx)**.

2.2. O valor unitário do serviço corresponde ao discriminado no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência do presente CONTRATO será de XX (XXXX) meses, a contar da data de assinatura do contrato/ Ordem de Fornecimento, permitida a sua prorrogação, através de Termo Aditivo, em alguma das hipóteses previstas no artigo 71, da Lei n. 13.303/2016.

3.2 O prazo de execução do objeto deverá ser atendido de acordo com o previsto no Termo de Referência/ Projeto Básico.

3.3. Nos casos de contrato assinado eletronicamente deverá ser observada a data da última assinatura para início do prazo de vigência do Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

4.1. O gerenciamento e a fiscalização do presente instrumento e sua execução, ficará a cargo da Sr.(a). **XXXXXXXXXX**, CPF: XXXXXXXX, matrícula n. XXXX, lotado(a) XXXXXXXXX, ou a seu substituto eventual, a quem deverá ser dirigida toda comunicação pela CONTRATADA, relacionada com o objeto deste contrato.

4.2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

4.3. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

5. CLÁUSULA QUINTA: DA IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR

5.1. É irreajustável o valor do presente contrato, até que se complete o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001.

5.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, de modo que o valor poderá ser atualizado até o limite do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, a contar da data da proposta comercial, exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Fica resguardada a livre negociação entre as partes, nos termos do art. 72 da Lei n. 13.303/2016, até o limite estabelecido no item acima.

5.4. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6. CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A execução dos serviços contratados deverá observar o especificado no Termo de Referência/ Projeto Básico e Proposta de Preço vencedora, anexos a este instrumento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

7.1. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela execução do presente CONTRATO. Logo, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa FISCALIZAÇÃO, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

7.2. A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CIGÁS, inclusive disponibilizando para o corpo

administrativo todas as informações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente instrumento.

7.3. A existência e atuação da fiscalização da CIGÁS em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste termo e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

7.4. À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico n. XXX/20XX, da proposta da empresa e das cláusulas do CONTRATO.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico n. XXX/20XX, conforme itens abaixo:

8.1.1. Fornecer o objeto do presente CONTRATO rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CONTRATANTE.

8.1.2. Iniciar a execução do serviço do objeto contratado, a contar da data de assinatura do contrato, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

8.1.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

8.1.4. Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CIGÁS, não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto à execução do objeto deste contrato;

8.1.5. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições apresentadas na proposta;

8.1.6. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o objeto do presente CONTRATO, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

8.1.7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do presente CONTRATO.

8.1.8. Responsabilizar-se diretamente pela execução do objeto deste CONTRATO e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

8.1.9. Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à CONTRATANTE.

8.1.10. Manter a CONTRATANTE livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente CONTRATO, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.11. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.12. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.13. Cumprir as determinações contidas no presente CONTRATO e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, quanto ao objeto fornecido;

8.1.15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste CONTRATO, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.16. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.17. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.18. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela CONTRATADA no presente CONTRATO ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.19. Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto contratado, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA não se transfere à CONTRATANTE.

8.1.20. Observar o Código de Ética e de Conduta da CIGÁS, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.cigas-am.com.br/normas-internas>.

8.1.21. Solicitar autorização da CONTRATANTE para a veiculação de publicidade acerca deste contrato;

8.1.22. Não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou eventuais prorrogações no presente contrato, sem autorização em lei, no edital ou por meio de aditivo, tampouco a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrados, conforme art. 5º da Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

8.1.23. A **CONTRATADA** se obriga, **quando for o caso**, nos termos do artigo 9º da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018, a apresentar, no momento da contratação, declaração informando a existência de Programa de Integridade, conforme parâmetros estabelecidos pelo art. 4º da citada lei, sem prejuízo das demais obrigações de conformidade previstas nesta cláusula, desde que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual.

8.1.23.1 A **CONTRATADA**, deverá implantar Programa de Integridade, o qual deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades, em atendimento aos termos e condições da Lei Estadual (AM) nº 4.730, DE 27.12.2018.

8.1.23.2 A implantação do Programa de Integridade, dar-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato, nos termos da Lei nº 4730, de 27.12.2018.

8.1.24 A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelos danos que sejam causados à CIGÁS ou a terceiros, em razão de suas atividades na execução do presente contrato, seja por ação ou por omissão, sem prejuízo das cominações de multa contratual avençadas em cláusulas próprias.

8.1.25. Fornecer os equipamentos necessários aos seus empregados, bem como toda mão-de-obra em número e qualificação compatível com a perfeita execução dos serviços, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade o cumprimento das obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de seguros, não existindo, de modo algum, entre seus empregados e a CONTRATANTE, vínculo empregatício ou de qualquer natureza, assumindo plena e exclusiva responsabilidade pelos Contratos de Trabalho celebrados com seus empregados, inclusive nos eventuais inadimplementos que venham a ocorrer, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, ressarcindo à CONTRATANTE qualquer valor pago ou exigido judicialmente a este título;

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico:

8.2.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados no presente CONTRATO e em seus anexos;

8.2.2. Nomear representante, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando

em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

8.2.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto deste CONTRATO.

8.2.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.6. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO por intermédio de empregados próprios designados para este fim e,

8.2.7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento do objeto contratado.

8.2.8. Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** a Ordem de Serviço correspondente.

9. CLÁUSULA NONA: RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

9.1. A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável (garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório), em qualquer caso por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente e indiretamente à CIGÁS ou a terceiros, provenientes de culpa ou dolo em decorrência da execução do serviço objeto deste contrato, e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluídos ou reduzidos essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pela CIGÁS.

9.2. A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar da execução deste contrato, bem como todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto deste contrato.

9.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à CIGÁS a responsabilidade de seu pagamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

10.1. Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no Artigo 81 da Lei Federal n. 13.303/2016, em sua atual redação.

10.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos ajustados no presente CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o Artigo 81, § 1º, da Lei Federal n. 13.303/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO.

11.1. O pagamento à CONTRATADA será realizado conforme apresentação da Nota Fiscal, acordo com o relatório de recebimento na sede da CIGÁS, segundo legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos mencionados no Termo de Referência/ Projeto Básico.

11.2. O valor constante da Fatura discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

11.3. Constatado erro ou irregularidade na Fatura, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

11.4. Na hipótese de devolução, a Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

11.5. A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

11.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.7. O pagamento das notas fiscais/faturas ficará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA à CIGÁS, dos documentos de regularidade fiscal a seguir: Certidão Negativa de Débitos do INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho, válidas;
11.8. Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes dos materiais devidamente entregues, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

12.1. Os recursos para pagar o objeto deste contrato, serão custeados pela CIGÁS, conforme previsto e especificado no Termo de Referência/ Projeto Básico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL.

13.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com base no que dispõe o Art. 70, da Lei n. 13.303/2016, garantia esta que poderá ser acionada, a critério da CIGÁS, no todo ou em parte, no correspondente ao não cumprimento das obrigações do Contrato, administrativa ou judicialmente.

13.2. Na ocorrência de hipótese de prorrogação de prazo, formalmente admitida pela CIGÁS, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia, de forma a abranger o período de prorrogação, passível de retenção pela CIGÁS de créditos que couberem à CONTRATADA, enquanto não for efetivada tal garantia ou o valor a ela correspondente.

13.3. Ocorrendo aumento no valor do Contrato decorrente do acréscimo de objeto, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual de 5% (cinco por cento).

13.4. O valor da garantia depositada, em conformidade com o disposto nesta Cláusula, será liberado 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo deste Contrato, salvo a hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA.

13.5. Havendo rescisão do Contrato ou interrupção na execução do objeto, não será devolvido o valor da garantia, a menos que a rescisão decorra de culpa da CIGÁS, nos termos da lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES.

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no artigo 82, da Lei n. 13.303/16 e suas alterações posteriores.

14.2. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA o direito da ampla defesa e do contraditório.

14.3. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções descritas abaixo, conforme estabelecido no Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) MULTA, na forma persista neste instrumento contratual; e

c) SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

14.4. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, conforme estabelecido no §2º do Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

14.5. Ocorrendo a inexecução de que trata o item anterior, reserva-se à CONTRATANTE o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva inexecução contratual.

14.6. A CONTRATADA poderá apresentar DEFESA PRÉVIA para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela CONTRATANTE, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a CONTRATANTE comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

14.7. A aplicação das sanções administrativas impostas à CONTRATADA é de competência exclusiva da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a CONTRATADA apresente a respectiva DEFESA PRÉVIA.

14.8 - Serão aplicadas as seguintes multas;

a) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso injustificado na execução, independente de culpa ou dolo, com percentual máximo de 10% (dez por cento);

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, para o caso de inexecução total ou parcial do Contrato;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**.

14.9. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

14.10. As justificativas referentes a atrasos, na entrega dos materiais, deverão ser apresentadas pela **CONTRATADA** à **CIGÁS**, que decidirá sobre a aceitação delas.

14.11. A justificativa de que trata o parágrafo anterior somente poderá ser apreciada pela **CIGÁS**, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto contratual.

14.12. Para os casos em que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual, quando houver descumprimento do item 8.1, subitens 23, 23.1 e 23.2 a **CIGÁS** aplicará à **CONTRATADA** multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidentes sobre o valor do contrato, conforme art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

14.12.1. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, conforme §1º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

14.12.2. O cumprimento da exigência da implantação do Programa de Integridade fará cessar a aplicação da multa, conforme §2º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

14.12.3. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas, conforme §3º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. O presente CONTRATO poderá ser extinto em uma das hipóteses enumeradas no Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da **CIGÁS**, quais sejam:

a) Pela execução do respectivo objeto;

b) Pelo advento de termo ou condição prevista no Contrato;

c) Por inexecução total ou parcial;

d) Por acordo entre as partes;

e) Por ato unilateral e escrito de qualquer parte; e

f) Pela via judicial.

15.2. A rescisão por ato unilateral a que se refere o subitem **e)** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade dos serviços público essenciais, o prazo estipulado no item acima será de 90 (noventa) dias.

15.4. Quando a rescisão unilateral ocorrer por solicitação da **CONTRATADA**, a **CIGÁS** deverá ser ressarcida de eventuais prejuízos devidamente comprovados.

15.5. Quando a rescisão unilateral ocorrer por solicitação da **CIGÁS**, será resguardado o direito da **CONTRATADA** a: a) devolução da garantia; b) pagamento devidas pela execução do contrato até a data de rescisão; e c) pagamento do custo de desmobilização, se houver.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CIGÁS.

16.1 A rescisão, por culpa da **CONTRATADA**, determinada por ato unilateral da **CIGÁS** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções pertinentes reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CIGÁS** de:

a) Assunção imediata do objeto deste Contrato, por ato seu;

b) Ocupação e utilização, se for o caso, do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal envolvidos na execução deste contrato;

c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a **CIGÁS**.

16.2 A aplicação das medidas previstas nas alíneas a, b e c do item anterior desta Cláusula fica a critério da CIGÁS, que poderá dar continuidade a entrega dos materiais, por execução direta ou indireta.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO.

17.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido total ou parcialmente, nem será permitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo autorização prévia e por escrito da CIGÁS, respeitada a execução do contrato originalmente pactuado e desde que não haja prejuízo ao interesse público.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: RECURSOS.

18.1. Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

18.2. Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e de multa;

18.3. Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação no Diário Oficial do Estado, da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

19.1. As partes contratantes não responderão pelo não cumprimento das obrigações ou pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

19.2. O período de interrupção do fornecimento, decorrentes de eventos caracterizados como força maior ou caso fortuito, será acrescido ao prazo contratual.

19.3. Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

19.4. Durante o período impeditivo definido no item 19.2 acima, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

19.5. Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente CONTRATO, sob as condições idênticas às estipuladas no item acima.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.

20.1 – As partes declaram que:

a) Estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico, e detêm experiência nas atividades que lhe competem por força deste CONTRATO.

b) Exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social do presente CONTRATO, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade e oportunidade, permitindo o alcance dos respectivos objetivos societários das partes e atividades empresariais, servindo, consequentemente, a toda a sociedade;

c) Sempre guardarão na execução deste CONTRATO os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração;

20.2. Este CONTRATO é firmado com a estrita observância dos princípios indicados nos itens antecedentes, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direitos, a qualquer título que seja;

20.3. Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente CONTRATO, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

20.4. A CONTRATADA declara que:

a) De forma direta ou indireta, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios, em atendimento às práticas preventivas relacionadas à corrupção e, especialmente, às vedações contidas no art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como ao Decreto 8.420/2015.

b) Não possui como administrador ou sócio com poder de direção, pessoa com relação de parentesco com empregado da área responsável pela demanda, pela contratação, ou hierarquicamente superior da CONTRATANTE.

c) Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o segundo grau, de dirigente da CONTRATANTE, de Secretário de Estado, vinculado ao Poder Executivo do Estado do Amazonas, conforme o disposto na Lei Estadual (AM) n. 5.311, de 18/11/2021.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

21.1. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CIGÁS, quando fonte retentora, deverá descontar e recolher, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

21.2. A CONTRATADA declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços ou fornecimento objeto deste CONTRATO, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

21.3. Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso à **CIGÁS** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.

21.4. Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, se ocorrer qualquer dos eventos abaixo indicados, que comprovadamente venha a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, os preços serão revistos, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações:

- a)** criação de novos tributos;
- b)** extinção de tributos existentes;
- c)** alteração de alíquotas; e
- d)** instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais.

21.5. Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre à CIGÁS.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCO.

22.1. A Matriz de Riscos relacionada ao presente CONTRATO consta no Termo de Referência/Projeto Básico.

22.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CIGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a)** Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b)** As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c)** As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d)** As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e)** Outras informações relevantes.

22.3. Após a notificação, a CIGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CIGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

22.4. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta.

22.5. O reconhecimento pela CIGÁS dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a

CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

22.6. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

22.7. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

22.8. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

22.9. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

22.10. O CONTRATO poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do CONTRATO se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

22.11. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

22.12. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do CONTRATO, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

23.1. As partes se submetem às obrigações legais relativas à proteção de dados e garantia de privacidade, sobretudo àquelas dispostas na Lei Federal 13.709/2018, sem prejuízo dos demais diplomas legais.

23.2. A **CONTRATADA** reconhece ainda que é vedado:

a) armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, dados e informações obtidas por meio deste contrato, inclusive após o término da relação contratual, mediante ajuste prévio entre si e consentimento dos titulares dos dados tratados, hipóteses essas que jamais serão presumidas ou tácitas, excetuada ainda a obrigação legal à qual estiver sujeita;

b) reproduzir qualquer página ou tela com dados sob o controle da **CONTRATANTE** ou da cadeia de controle da qual participe, inclusive aqueles tornados públicos, aqueles constantes em seu site ou de outras fontes cujo tratamento não obedeça às hipóteses de autorização pessoal, contratual ou legal;

c) utilizar os dados ou informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do dado ou documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;

d) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de dados ou informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados.

23.3. A **CONTRATANTE**, ao enviar as informações aos bancos de dados da **CONTRATADA**, autorizada pelos titulares dos dados tratados ou amparada por hipótese legal de exceção ao consentimento pessoal, permite que sejam integrados tais dados às bases informacionais da **CONTRATADA**, podendo utilizá-las unicamente para o atingimento do objeto contratual eleito neste instrumento.

23.4. O consentimento do titular para o tratamento de dados poderá ser revogado a qualquer tempo, devendo a **CONTRATADA**, cientificada pela **CONTRATANTE**, realizar no menor tempo possível a cessação do tratamento e a eliminação dos dados, salvo hipótese excepcional.

23.5. A **CONTRATADA**, por receber dados compartilhados pela **CONTRATANTE**, assegurará a privacidade e proteção dos dados por ela tratados e/ou armazenados em banco de dados próprio.

23.6. A solicitação de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula será direcionada ao e-mail informado pela **CONTRATADA** quando da assinatura da proposta de adesão a este contrato, obrigando-se a mantê-lo atualizado, sob as penas e responsabilizações cabíveis.

23.7. Qualquer informação passada à **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA**, será meramente informativa e não implicará na cessão de direitos relativos à sua propriedade intelectual de qualquer bem tangível ou intangível e eventuais consentâneos, de titularidade da **CONTRATADA**.

23.8. A **CONTRATANTE** desde já autoriza expressamente a **CONTRATADA** a processar e/ou a armazenar as suas informações no Brasil ou no exterior, na dependência de uma das empresas do grupo econômico a que pertence a **CONTRATADA** ou de um fornecedor.

26.9. A **CONTRATADA** ou o fornecedor poderão utilizar servidores “em nuvem”. A **CONTRATADA** se obriga a adotar todas as providências eventualmente exigidas pela legislação vigente para o referido tratamento, sobretudo a garantia dos protocolos de segurança dos dados armazenados.

23.10. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

23.11. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. O foro do presente contrato é a cidade de Manaus/AM com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Fica acordado entre as partes que toda e qualquer comunicação, no que disser respeito a este CONTRATO, far-se-á mediante comunicação eletrônica e/ou através de envio de documento oficial, que será recebido mediante protocolo, com especificação de data, hora e identificação do recipiente.

E assim por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas abaixo nominadas.

Manaus, XXX de XXX de 202x.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS

DIRETORIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE


TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

2. Nome:

CPF:

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	1	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

1. OBJETO:


1.1. O presente termo de tem como objetivo a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de solução Gestão de Pessoas, ofertada no modelo SaaS (Software as a Service) incluindo os serviços acessórios e complementares necessários à plena utilização da ferramenta, tais como implantação, parametrização inicial, migração de dados, treinamento, suporte técnico e consultoria sob demanda, além, manutenção evolutiva e legal sem descaracterizar a natureza do objeto principal.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.A Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, sociedade de economia mista, com autonomia administrativa e financeira, concessionária dos serviços de distribuição de gás natural, com exclusividade, em todo o território do Estado do Amazonas, necessita contratar empresa especializada para fornecimento de software de Gestão de Pessoas na modalidade SaaS (Software as a Service) que atenda a necessidade da Companhia nas funcionalidades de Folha de pagamento, gestão de documentos eletrônicos do e-Social, controle de ponto portaria 671, gestão de benefícios, segurança do trabalho, medicina ocupacional, gestão de desempenho, gestão do ponto, portal do colaborador, terminais ponto, controle de acesso, gestão de portaria e outras descritas neste Termo de Referência.

2.2.A contratação do serviço se justifica em razão da necessidade de atender ao cenário atual e futuro da Companhia, onde se verifica que as empresas necessitam de uma solução sistêmica padronizada que permita a integração da área de Gestão de Pessoas com a área contábil e demais áreas correlacionadas e que permita a realização de procedimentos e processos relacionados às atividades de gestão de pessoas, de acordo com as diretrizes da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, normatizada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

2.3. Além do cumprimento do item 2.2, existe a imperiosa necessidade de que a Companhia possua informações a tempo, em forma, com qualidade, agilidade e rapidez, bem como a confiabilidade destas informações, visto que os processos pelos quais os sistemas se fazem necessários, são os processos que operacionalizam os pagamentos dos salários, as

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	2	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

obrigações trabalhistas, controle de jornadas de trabalho, de acessos, segurança e medicina do trabalho, controle de benefícios, gestão de ponto e de gestão de desempenho dos colaboradores desta Companhia.

2.4. Cumprir com o Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, enviando ao Governo Federal as informações relacionadas com as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas da CIGAS.

2.5. Atender ao Planejamento Estratégico da CIGÁS, no que diz respeito aos objetivos estratégicos Promover a Transformação Digital, Fortalecer Clima e Cultura Organizacional, Consolidar Cultura Orientada para Resultados, Desenvolver Aprendizagem Organizacional, com vistas a atender aos valores organizacionais, em especial, o de Valorização dos Colaboradores, Excelência nos resultados, Integridade e transparência e de Inovação e Melhoria Contínua.


2.6. Além disso, justifica-se a intenção em contratar a empresa especializada, baseando-se no grau de importância do sistema adquirido para a funcionalidade dos sistemas da Companhia. Estando esse sistema composto por todos os módulos que dizem respeito a gestão de pessoas, gestão de documentos eletrônicos do e-Social, controle de ponto portaria 671, gestão de benefícios, segurança do trabalho, medicina ocupacional, gestão de desempenho, gestão do ponto, portal do colaborador, terminais ponto, controle de acesso, gestão de portaria e instância web. Posto que a Companhia, ao longo dos últimos 09 anos, fez consideráveis investimentos em treinamentos e adequações para que chegasse ao nível de integração e funcionalidade em que hoje se encontra.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO:

O quantitativo mínimo de usuários a ser considerado para todos os módulos é de 180 licenças ativas, com possibilidade de expansão futura.

3.1. GESTÃO DE PESSOAL/FOLHA DE PAGAMENTO:

O sistema deverá incluir um módulo de gestão de pessoas e folha de pagamento completo, que deverá realizar o processo de cálculo, distribuição e gestão de salários e encargos dos empregados, adaptável e em conformidade com a legislação, atendendo a


	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	3	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

uma gama variada de necessidades e configurações. Este módulo deverá atender às seguintes funcionalidades:


- Folha de Pagamento
- Gestão de colaboradores
- Emissão de contracheques
- Cálculo de Férias
- Cálculo de Rescisão Contratual
- Cálculo na participação de Lucros
- Contabilização da Folha de Pagamento
- Relatórios
- Integração de forma automatizada com ERP
- Importação de arquivo
- Armazenamento na nuvem
- Backups regulares

O detalhamento de cada uma das funcionalidades que fazem parte da gestão de pessoal e da folha de pagamento, que são essenciais:


- 3.1.1** Processamento da folha de pagamento e implementação das normas da CLT e outras legislações relevantes para a gestão de pessoal.
- 3.1.2** Permitir o cadastro de dados básicos do colaborador, incluindo foto, PIS, CPF, endereço, telefone e qualificações.
- 3.1.3** Suporte a múltiplas categorias de colaboradores: funcionários, terceirizados, requisitados e temporários.
- 3.1.4** Manter histórico de salário, cargo, sindicato, dependentes, qualificações e movimentações.
- 3.1.5** Realizar reajustes com filtros e regras por faixa salarial, possibilitando ajustes por percentual ou valores fixos.
- 3.1.6** Permitir simulações de folha de pagamento, benefícios e encargos, com possibilidade de cancelamento ou efetivação sem reprocessamento.
- 3.1.7** Exibir valores originais, complementares e diferenças nos cálculos.
- 3.1.8** Controle de vencimento de contratos e período de experiência dos colaboradores.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	4	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				


- 3.1.9** Emissão de contratos de experiência e acordos de compensação de horas.
- 3.1.10** Cálculo de horas extras diferenciadas, por faixa horária e em dias normais ou feriados.
- 3.1.11** Controle dos recolhimentos por competência fiscal, incluindo: Mensal/Normal, 13º Salário e complementar.
- 3.1.12** O sistema deve oferecer funcionalidades detalhadas para o controle de recolhimento de GPS, com capacidade para:
- 3.1.13** Escalas categorizadas por setor, com possibilidade de relatórios.
- 3.1.14** Gestão e emissão de documentos para afastamentos e licenças, além de controle e cálculo de férias normais e coletivas, considerando faltas no período aquisitivo.
- 3.1.15** Cálculo da folha com provisão de férias e 13º salário, incluindo a rescisão com guias de recolhimento de multas.
- 3.1.16** Emissão de guias de seguro-desemprego e de informe de rendimentos.
- 3.1.17** Emissão e organização de documentos como contrato, termo de responsabilidade e declaração de dependentes.
- 3.1.18** Armazenamento de documentos em PDF, TXT ou DOC.
- 3.1.19** Monitoramento de absenteísmo, turnover e banco de horas, com gráficos de horas trabalhadas e extras.
- 3.1.20** Controle de índices e relatórios gerenciais para análise e planejamento.
- 3.1.21** Permitir personalizar a gestão de recursos humanos de acordo com as leis trabalhistas específicas e convenções sindicais locais.
- 3.1.22** Possibilidade de integração com os relógios de ponto (legados).
- 3.1.23** Configuração e atualização de tabelas para INSS, IRRF, Salário Família e Abono Família;
- 3.1.24** Realizar descontos automáticos de INSS, IR, 13º proporcional e aviso prévio indenizado.
- 3.1.25** Controlar o quadro de lotação quantitativo, podendo incluir e excluir vagas, definindo o número de vagas por cargo e unidade organizacional;
- 3.1.26** Permissão de controle das vagas através do local de postos de trabalho, organograma ou centro de custos.
- 3.1.27** Gestão total sobre as propostas e fluxo de aprovação de alterações no quadro.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	5	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.1.28** Permitir a gestão das solicitações e requisições de vagas de recrutamento e seleção.
- 3.1.29** Gerenciar a estrutura organizacional e as unidades, permitindo visualização do plano de cargos e salários e sua distribuição;
- 3.1.30** Faz a normalização (sincronização) dos quadros existentes.
- 3.1.31** Permitir a identificação e criação de centros de custos, associando-os à estrutura organizacional de RH.
- 3.1.32** Definir e gerenciar as faixas salariais diretamente relacionadas a cada cargo.
- 3.1.33** Gerar relatórios detalhados para visualização do plano de cargos e salários, remuneração variável e estrutura organizacional.
- 3.1.34** Visualizar cargos criados, incluindo relatórios do plano salarial e acompanhamento das variações.
- 3.1.35** Realizar enquadramento salarial automático com base nas tabelas e níveis estabelecidos.
- 3.1.36** Possibilitar cálculo automático de diferenças salariais para períodos selecionados, com opções para pagamento em verba única ou detalhada.
- 3.1.37** Controlar automaticamente empréstimos consignados, com histórico de parcelas pagas e geração de arquivo de margem e retorno.
- 3.1.38** Programar e associar verbas a empregados, setores, cargos, horários ou sindicatos correspondentes.
- 3.1.39** Cadastrar convênios com empresas privadas para permitir descontos consignáveis em folha.
- 3.1.40** Configurar tipos de afastamento com suspensão de pagamentos, contagem de tempo de férias e contagem para o 13º salário.
- 3.1.41** Registrar transferências entre estabelecimentos da mesma empresa no dossiê do colaborador, garantindo registros para CAGED, GFIP, DIRF, RAIS e Comprovante de Rendimentos.
- 3.1.42** Tratar todo o ciclo de vínculos, desligamentos e processos relacionados à admissão e demissão de colaboradores.
- 3.1.43** Recrutamento e Seleção: Gerenciar o recrutamento, seleção de candidatos, realização de entrevistas e verificação de referências.
- 3.1.44** Contratação: Formalizar a contratação dos selecionados com suporte para readmissões de colaboradores inativos.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	6	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.1.45** Exame Admissional: Gerenciar o processo de exames admissionais obrigatórios, com acompanhamento e registros necessários.
- 3.1.46** Cálculo de Rescisão: Realizar os cálculos automáticos dos valores de rescisão, conforme regras e convenções coletivas.
- 3.1.47** Documentação e Carteira de Trabalho: Registrar as anotações de demissão na carteira de trabalho digital do colaborador.
- 3.1.48** Pagamento da Rescisão: Tratar todas as etapas e detalhes do pagamento da rescisão, com prazos e registros.
- 3.1.49** Exame Demissional: Controlar o processo de exames demissionais, assegurando o cumprimento das exigências legais;
- 3.1.50** Listar relatório que seja possível validar as médias variáveis e de horas extras integradas na rescisão.
- 3.1.51** O sistema deverá realizar à integração contábil automatizada de todas as contas e eventos da folha para o ERP.
- 3.1.52** Permitir o controle e registro das alterações provenientes de acordos coletivos, garantindo que as mudanças sejam aplicadas conforme acordos firmados.
- 3.1.53** Permitir o controle automático de Salário Família, incluindo a gestão de dependentes e cálculos proporcionais ao salário base do colaborador;
- 3.1.54** O sistema deve ser constantemente atualizado conforme as novas leis trabalhistas e alterações na legislação vigente, sem custos adicionais para essas atualizações, durante o período de prestação do serviço;
- 3.1.55** Informar percentuais de até três níveis (Empresa, Filial, Lotação).
- 3.1.56** Cálculo de GPS por empresa, filial ou individual.
- 3.1.57** Controlar compensações de 11% retidos na nota fiscal.
- 3.1.58** Controlar saldo de compensações e recolhimentos mínimos.
- 3.1.59** Calcular correção, juros e multas de recolhimentos em atraso.
- 3.1.60** O sistema deve permitir o cálculo e controle do FGTS por empresa, filial ou individual, incluindo:
- 3.1.60.1** Geração de dados para o FGTS Digital mensal, dissídio/convenção e parcelamento.
- 3.1.60.2** Controle de correções, juros e multas de FGTS em atraso.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	7	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.1.60.3 Armazenamento de dados enviados com a possibilidade de retificação.

3.1.60.4 Geração de GRRF (Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS) eletrônica.

3.1.61 Permitir integração com o sistema financeiro para:

3.1.61.1 Recolhimento de taxas, impostos e contribuições.

3.1.61.2 Geração de cálculos de Imposto de Renda retido na fonte dos empregados.

3.1.61.3 Emissão de relação de contribuição assistencial e sindical.

3.1.62 Gerar automaticamente os arquivos magnéticos necessários para o envio de informações a CAIXA/FGTS DIGITAL, RAIS e DIRF, incluindo dados de empregados afastados, demitidos e pró-labore, com informações sobre datas de afastamento e códigos das causas.

3.1.63 Controle de afastamentos e licenças médicos com cálculo adequado de salários e encargos sociais.

3.1.64 Permitir a consulta e visualização dos encargos sociais, como INSS e FGTS, antes do fechamento da folha de pagamento.

3.1.65 Automatizar o cálculo de encargos sociais, como INSS, FGTS, e outros impostos relacionados, integrando esses cálculos à folha de pagamento.

3.1.66 Garantir que o sistema de folha de pagamento seja atualizado e mantido para atender às necessidades da empresa e as exigências legais.


3.1.67 Gerar automaticamente a relação bancária para o depósito em conta corrente dos empregados, referente à folha de pagamento.

3.1.68 Permitir a transferência magnética do valor líquido da folha de pagamento para crédito em conta corrente do colaborador.


3.1.69 Permitir informar diferentes tipos de afastamentos ou licenças, como por motivo de doença ou maternidade, e parametrizar os cálculos conforme necessário para cada colaborador.

3.1.70 Permitir que o sistema calcule automaticamente a rescisão contratual, com inclusão de data de desligamento, código do desligamento (conforme FGTS Digital), data do aviso prévio, e cálculos de rescisão. Também deve gerar o Termo de Rescisão Contratual e o Demonstrativo de Médias de Rescisão.

3.1.71 Permitir o registro de dívidas firmadas entre o colaborador e um fornecedor conveniado, com parcelamento nas folhas de pagamento mensais.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	8	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.1.72** O sistema deve permitir o cálculo automático da folha de pagamento para diversos períodos (semanal, quinzenal, mensal), com regime de caixa e competência.
- 3.1.73** Realizar o cálculo automático das provisões de férias e 13º salário.
- 3.1.74** Permitir o encerramento das folhas de pagamento com opção de estorno, permitindo que uma folha encerrada seja acessada apenas para consulta.
- 3.1.75** Emitir relatórios analíticos e sintéticos da folha de pagamento, com resumos de informações e detalhamento dos cálculos.
- 3.1.76** Permitir o abono de faltas para cálculos de férias e 13º salário.
- 3.1.77** Permitir a inclusão dos dados do PPP, com emissão do relatório no modelo padrão do INSS.
- 3.1.78** Analisar e identificar inconsistências no cadastro dos colaboradores, como dados ausentes ou errados (e.g., dissídio coletivo, informações faltantes, erros em cálculos de 13º).
- 3.1.79** Permitir a flexibilidade nas fórmulas de cálculo, considerando as diversas variáveis que podem influenciar os cálculos de folha de pagamento.
- 3.1.80** Calcular automaticamente o aviso prévio a partir das informações fornecidas sobre o desligamento do colaborador.
- 3.1.81** Permitir o envio automático do contracheque do colaborador por e-mail, aplicativo móvel ou sistema web, após o fechamento da folha.
- 3.1.82** Controlar e listar colaboradores com contratos de experiência ou tempo determinado, com alertas e relatórios para gestão de vencimentos.
- 3.1.83** O sistema deve informar quando o colaborador estiver próximo do vencimento do segundo gozo de férias, evitando multas exigidas por lei.
- 3.1.84** O sistema deve gerar alertas e relatórios de inconsistências, como CPF ou PIS inválido, em branco ou duplicado, e outros dados faltantes ou incorretos no cadastro dos colaboradores.
- 3.1.85** O sistema deve controlar os afastamentos via atestado médico e situações afins, incluindo a flexibilidade para cálculos de dias abonados.
- 3.1.86** O sistema deve registrar e gerar relatórios gerenciais para colaboradores sob benefícios do INSS, com controle de afastamentos mais longos.
- 3.1.87** Emitir automaticamente documentos necessários para apresentação ao INSS, com informações do colaborador e assinatura do responsável do setor de Recursos Humanos.


	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	9	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.1.88** O sistema deve cobrir todos os requisitos legais de licença maternidade, conforme as leis trabalhistas do ano vigente. O sistema deve gerar logs detalhados de acessos, possibilitando a análise das ações de usuários do Departamento Pessoal, promovendo a auditoria e segurança.
- 3.1.89** Férias Agendadas e Vencimento: O sistema deve informar quando o colaborador estiver próximo do prazo estipulado por lei para não vencer o segundo gozo de férias, evitando multas.
- 3.1.90** Atestados Médicos: Abranger todos os tipos de afastamentos via atestado, permitindo controle do tempo de afastamento e cálculo de valores para dias abonados, com flexibilidade nas fórmulas de cálculo.
- 3.1.91** Cadastro de Empregados: Permitir o cadastro completo de informações dos empregados, incluindo dados pessoais, dados bancários, documentos essenciais (RG, CPF, CTPS etc.), e dados relacionados ao regime de trabalho, lotação, e vínculo com a empresa.
- 3.1.92** Histórico de Promoções e Anotações: Manter o histórico de promoções, progressões, vantagens, licenças, cursos e outras anotações relevantes.
- 3.1.93** Pesquisa de Empregados: Permitir a pesquisa de empregados por diferentes critérios, como nome, data de nascimento, CPF, PIS, cargo, vínculo, e outros dados cadastrais.
- 3.1.94** Geração de Relatórios e Arquivos: Permitir a impressão ou geração de arquivos com os dados selecionados durante a pesquisa com uso de gráficos, relatórios e telas para consulta e tomada de decisão.

3.2. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO E-SOCIAL:

O sistema deve atender a todos os requisitos do e-Social, conforme o Decreto nº 8373/2014, incluindo atualizações legais obrigatórias, sem custos adicionais durante o uso do software. O envio dos eventos do e-Social deve ser automatizado e seguir as fases mínimas exigidas:


- Cadastro do empregador e tabelas;
- Dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos);
- Folha de pagamento e EFD-Reinf (evento periódico);
- Substituição da GFIP;
- Dados de segurança e saúde do colaborador;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	10	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- Garantir a conformidade legal e fiscal, integrando-se com o eSocial.

O detalhamento de cada uma das funcionalidades que fazem parte dos documentos eletrônicos do E-SOCIAL, que são essenciais:

- 3.2.1** Incluir informações completas da empresa, como CNPJ, endereço, natureza jurídica, entre outros.
- 3.2.2** Realizar a qualificação cadastral dos empregados, incluindo dados como CPF, nome, endereço, cargo, entre outros.
- 3.2.3** Enviar informações sobre remuneração, pagamento de salários e fechamento da folha de pagamento de forma automatizada.
- 3.2.4** Permitir a geração e envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF Web), garantindo o cumprimento das obrigações fiscais.
- 3.2.5** O sistema deve possibilitar a execução de uma pré-análise dos dados antes do envio para o e-Social, identificando e corrigindo automaticamente inconsistências como:
 - 3.2.5.1** Erro de PIS.
 - 3.2.5.2** Divergência de nome entre a Receita Federal e o INSS.
 - 3.2.5.3** Faltando data de admissão ou outras informações cruciais.
- 3.2.6** Exibição clara e detalhada de inconsistências, com possibilidade de correção antes do envio.
- 3.2.7** O sistema deve fornecer um status permanente sobre a situação de envio dos dados ao portal do e-Social, permitindo o monitoramento e identificação da origem de eventuais falhas.
- 3.2.8** Permitir a importação de arquivos XML do e-Social e garantir a validação da consistência dos arquivos antes do envio.
- 3.2.9** Geração automática de guias e relatórios fiscais, como:
 - 3.2.9.1** GPS (Guia da Previdência Social): Com opção para deduzir valores já pagos antecipadamente de INSS.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	11	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.2.9.2 SEFIP, CAGED, RAIS, DIRF: Arquivos magnéticos gerados automaticamente para envio dos registros fiscais exigidos.

3.2.9.3 Imposto de Renda: Cálculo e emissão da retenção do IR dos empregados.

3.2.10 Geração de cálculos automáticos para recolhimento de tributos como:

3.2.10.1 INSS.

3.2.10.2 FGTS.

3.2.10.3 Taxa Sindical.

3.2.10.4 Imposto de Renda.

3.2.11 Capacidade de integrar com sistemas financeiros para garantir o pagamento correto e em tempo hábil dos tributos.

3.3. CONTROLE DE PONTO E PORTARIA 671:


O sistema deverá incluir um módulo de ponto eletrônico completo, adaptável e em conformidade com a legislação, atendendo a uma gama variada de necessidades e configurações. Este módulo deverá possuir as seguintes funcionalidades:

- Controle de frequência dos colaboradores;
- Controlar as jornadas de trabalho, registrando as horas trabalhadas, horas extras, faltas, licenças e saldo de Banco de Horas;
- Apuração de horas extras, faltas, atrasos e adicionais noturnos;
- Emissão de divergências e banco de horas;
- Efetuar o cálculo de composição entre banco de horas e pagamento de hora extra;


O detalhamento de cada uma das funcionalidades que fazem parte dos controles de ponto e portaria 671, que são essenciais:

3.3.1 Permitir o uso de diferentes tipos de registro de ponto, incluindo relógio de ponto convencional, identificação por biometria, reconhecimento facial e controle de ponto via aplicativo móvel para colaboradores que trabalhem externamente.

3.3.2 Permitir uso de dispositivos móveis como celulares e tablets para registro de ponto com validação de jornada de trabalho, alertas e identificação e verificação de autenticidade (facial, localização entre outros).

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	12	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.3.3** Deverá emitir notificações para a liderança em caso de não conformidade de registro de ponto.
- 3.3.4** Deverá permitir a configuração dos equipamentos de acordo com as necessidades específicas de cada unidade, possibilitando a utilização de dispositivos disponibilizados pela unidade administrada.
- 3.3.5** O sistema deverá permitir que o administrador, especialmente da área de Gestão de Pessoas, configure e gerencie o tratamento de ponto dos colaboradores, ajustando as regras e parâmetros conforme as políticas internas.
- 3.3.6** O módulo deverá cumprir com as normativas e exigências legais trabalhistas, incluindo CLT, Lei nº 8.112/90, acordos sindicais e Portaria MTE nº 671.
- 3.3.7** O sistema deverá registrar as marcações de ponto (entradas, saídas e marcações intermediárias) realizadas em dispositivos biométricos, como relógios de ponto ou controladores de frequência.
- 3.3.8** Deverá possibilitar a geração automática de registros de ponto para os colaboradores, assegurando a precisão e continuidade dos dados de jornada.
- 3.3.9** Permitir a apuração de ponto individualmente, de forma coletiva ou por lote de colaboradores, facilitando o gerenciamento em grande escala.
- 3.3.10** O sistema deverá permitir a emissão e disponibilização do espelho do movimento diário para cada colaborador, que poderá consultá-lo através de um aplicativo móvel ou portal web.
- 3.3.11** O módulo de ponto eletrônico deverá integrar-se nativamente com o módulo de folha de pagamento, simplificando o fluxo de dados para processamento dos pagamentos.
- 3.3.12** Permitir o gerenciamento de turnos e escalas, contemplando revezamentos, controle de turmas e particularidades regionais, como feriados locais.
- 3.3.13** O sistema deverá possibilitar um controle flexível dos horários de entrada e saída dos colaboradores, adaptando-se a diferentes necessidades operacionais.
- 3.3.14** Deverá calcular automaticamente o adicional de horas noturnas e horas extras noturnas de forma diferenciada, conforme as regras definidas.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	13	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.3.15 O módulo deverá identificar automaticamente incidentes de ponto no momento da apuração, permitindo que sejam acompanhados e mitigados, contribuindo para a redução do passivo trabalhista.

3.3.16 Deverá permitir a criação de regras específicas para garantir a consistência de ocorrências e o controle de abonos, assegurando que as ações estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

3.3.17 Permitir a gestão e compensação do banco de horas de acordo com as regras definidas em acordos coletivos e políticas internas.

3.3.18 O módulo deverá permitir o cadastro de feriados municipais, estaduais e federais, marcando essas datas como feriados. Para apontamentos realizados nessas datas, o sistema deverá calcular horas extras de acordo com as regras aplicáveis.

3.3.19 O sistema deverá gerar gráficos e relatórios visuais sobre horas apuradas, permitindo visualizações por centro de custos e por colaborador, em períodos definidos, facilitando a análise de dados e o controle de horas trabalhadas.


3.3.20 Geração de escalas automáticas com opções de trocas e ajuste para plantões e revezamentos.

3.3.21 O sistema deverá enviar automaticamente para todos os gestores e colaboradores as ocorrências de ponto, sejam elas, Inter jornada, intrajornada e excesso diário de 10 horas de trabalho.

3.4. GESTÃO DE BENEFÍCIOS:

O sistema deverá incluir um módulo que irá auxiliar na gestão dos benefícios concedidos pela Companhia, adaptável e em conformidade com a legislação, atendendo a uma gama variada de necessidades e configurações. Este módulo deverá possuir as seguintes funcionalidades:

- O módulo Benefícios deve estar relacionado com os Vales transporte, Vale alimentação e Refeição, Assistência médica e Odontológica, Auxílio creche e empréstimo consignado.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	14	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- S-1200 – Remuneração de trabalhadores vinculados ao regime geral de previdência social;
- Destaca-se que se faz necessário para aquisição dos módulos, a LUT – licença de uso temporário, também o serviço profissional especializado para implantação, gerenciamento e treinamento de operadores;
- O processo de aquisição, implantação e treinamento dos colaboradores deve ser realizado em 150 dias corridos a partir da contratação;
- Deverão ser incluídos outros eventos auxiliares que se fizerem necessário, seguindo conforme inserções futuras do Governo Federal;
- Relatórios customizados e automatizados;
- Integração com a folha de pagamento;

O detalhamento de cada uma das funcionalidades que fazem parte da gestão de benefícios, que são essenciais:

3.4.1 Garantir conformidade com as leis vigentes.

3.4.2 Facilitar a gestão e administração de todos os benefícios;

3.4.3 Permitir configuração de layout para exportação e importação de arquivos, assegurando a comunicação eficiente com prestadores de serviços dos benefícios.


3.4.4 Permitir configurações de faixas de desconto específicas para cada tipo de benefício.

3.4.5 Empréstimos e Consignados: Gerir empréstimos consignados para colaboradores.


3.4.6 Convênios e Serviços: Administrar convênios e serviços vinculados aos benefícios dos colaboradores.

3.4.7 Demonstração Gerencial: Exibir relatórios de benefícios aplicáveis a cada colaborador, incluindo regras de cálculo e limites para associação de diferentes tipos de colaboradores (efetivos, estagiários, requisitados e dependentes).

3.4.8 Operacionalizar a aquisição, distribuição e cálculo de repasse de benefícios, agilizando o processo de contabilização.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	15	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.4.9** Calcular e contabilizar corretamente os valores de benefícios de cada colaborador e da parte da empresa.
- 3.4.10** Configurar o pagamento proporcional de benefícios como Ticket (VR/VA) considerando admissão, tipos de afastamento, escalas de trabalho e frequência.
- 3.4.11** Configurar o Vale Transporte conforme dias úteis, feriados, trajetos, passes extras e reembolso de passagens.
- 3.4.12** Permitir o gerenciamento de calendários flexíveis e escalas de trabalho para cálculo de benefícios.
- 3.4.13** Personalizar benefícios conforme a política da empresa, incluindo:
- 3.4.13.1** Plano de Saúde: Configurações por faixa etária.
 - 3.4.13.2** Plano Odontológico: Configurações por colaborador e dependentes.
 - 3.4.13.3** Benefícios Flexíveis: Configuração genérica para qualquer tipo de benefício.
- 3.4.14** Emitir relatórios detalhados de entrega de benefícios, incluindo protocolos de recebimento.
- 3.4.15** Integrar o cálculo de todos os benefícios diretamente ao processamento da folha, sem necessidade de reprocessamento.
- 3.4.16** Manter histórico de alterações para cálculos complementares e ajustes.
- 3.4.17** Gerir tipos de afastamentos com previsão de retorno, prorrogação e controle do tempo de afastamento (incluindo INSS).
- 3.4.18** Permitir descontos automáticos para vale transporte e alimentação, conforme legislação.
- 3.4.19** Controlar o desconto de benefícios opcionais, como planos de saúde para colaboradores optantes.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	16	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.4.20 Permitir contratação de benefícios como vale transporte, vale refeição, plano de saúde e seguros.

3.5. SEGURANÇA DO TRABALHO:

Este módulo de SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) e Saúde Ocupacional visa garantir a conformidade com as normas regulamentadoras (NR) e promover a saúde e segurança dos colaboradores no ambiente de trabalho, com foco no controle de riscos ocupacionais, exames médicos, gestão de EPIs, e ações preventivas.


Deve atender as seguintes premissas:

- O módulo Segurança do Trabalho deve atender as informações relacionadas à EPI's, registros de acidentes, PPRA – programa de prevenção de riscos ambientais, manutenção de equipamentos, PPP – perfil profissiográfico previdenciário, planos de ação e treinamentos relacionados com as normas de segurança. Estão conectados ao E-social os eventos relacionados a tabela 09, 18, 29 e 30;
- Emissão de Laudos (PGR, PCMSO E OS);
- Gestão da CIPA e Brigadistas;
- S-1060 – Tabela de ambientes de trabalho;
- S-1065 – Tabela de equipamentos de proteção;
- S-2240 – Condições ambientais do trabalho;
- S-2245 – Treinamentos e capacitações;
- S-2210 – Comunicação de acidentes de trabalho;
- S-2241 – Insalubridade, periculosidade e aposentadoria especial;
- Dashboards de indicadores.


3.5.1 O sistema deve estar em conformidade com as normas NR-01, NR-05, NR-06, NR-07, NR-17 e NR-32, garantindo a implementação e monitoramento das obrigações legais no que diz respeito à segurança e saúde do trabalho.

3.5.2 Levantamento, documentação e validação das condições de saúde ocupacional.

3.5.3 Gestão do PCMSO, incluindo o acompanhamento de exames admissionais, demissionais e periódicos.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	17	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.5.4** Acompanhamento de gestantes e gestão de restrições médicas.
- 3.5.5** Gestão de vacinas obrigatórias e recomendadas para os colaboradores.
- 3.5.6** Relacionamento de riscos e controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), incluindo o controle de entrega de EPIs (individual, em lote ou opcional) e a emissão de recibos de entrega.
- 3.5.7** Mapas de Risco e gestão de grupos homogêneos de exposição.
- 3.5.8** Dashboards de Indicadores para análise e acompanhamento de saúde ocupacional e segurança.
- 3.5.9** Cálculo de indicadores de acidentes de trabalho, como Taxa de Frequência e Taxa de Gravidade, conforme a NBR 14280.
- 3.5.10** Emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).
- 3.5.11** Emissão de Laudos para programas como o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO, incluindo a consolidação de dados de saúde.
- 3.5.12** Gestão de Exames médicos, incluindo o agendamento e controle de exames admissionais, demissionais e periódicos.
- 3.5.13** Atendimento médico e atestado médico, com controle e emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).
- 3.5.14** Cadastro de mandatos da CIPA e gestão de candidaturas e votações.
- 3.5.15** Agenda de reuniões e treinamentos relacionados à CIPA.
- 3.5.16** Gestão dos treinamentos e equipamentos de prevenção da brigada de incêndio.
- 3.5.17** Gestão do absenteísmo, com o controle de afastamentos por doença e análise de incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho (por CID, setor, função).

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	18	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.5.18 Sistema de alertas para o acompanhamento de prazos, como afastamentos próximos ao fim, exames periódicos próximos a serem realizados e EPIs com prazo de entrega vencido.

3.5.19 Pesquisa de atestados médicos com a emissão de relatórios detalhados por setor e período, para análise das ocorrências de saúde no ambiente de trabalho.

3.6. MEDICINA OCUPACIONAL:

O módulo de Saúde do Trabalhador deve atender as especificações relacionadas ao PCMSO, atestados, ASO's e informações documentais relacionadas. Estão conectados ao E-Social os eventos relacionados a Tabela 09 e 30:

3.6.1 Gestão de exames admissionais, periódicos e demissional;

3.6.2 Gestão do PCMSO;

3.6.3 S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador;

3.6.4 S-2230 – Afastamento Temporário;

3.6.5 Gerenciamento do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

3.6.6 Emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);

3.6.7 Dashboards de indicadores;


3.6.8 Gestão do trabalho da CIPA e Brigada;

3.6.9 PPP e o LTCAT prontos para eventuais comprovações;

3.6.10 Elimine o papel distribuindo os EPIs eletronicamente;

3.6.11 Prontuário médico e gestão de exames audiométricos;

3.6.12 Conformidade NR's 4,5,6,7,9 e 23 do MTE;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	19	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.6.13 O sistema deve permitir a importação de eventos de SST via arquivo estruturado (XML/JSON) ou API, permitindo que dados de prestadores de serviços externos sejam consolidados na base da CIGÁS para envio ao eSocial.

3.7. GESTÃO DE DESEMPENHO:

O sistema deverá incluir um módulo de avaliação de desempenho, adaptável e em conformidade com a legislação, atendendo a uma gama variada de necessidades e configurações. Este módulo deverá possuir as seguintes funcionalidades:

- Avaliação de Competências;
- Avaliação de Resultados;
- Plano de Desenvolvimento Individual;
- Matriz de Gestão;
- Dashboards de indicadores;

3.7.1 Possuir uma descrição detalhada de cargos e salários, incluindo tabelas e níveis salariais.

3.7.2 Definir habilidades, requisitos, perfil e atividades específicas para cada cargo.


3.7.3 Permitir a criação do perfil completo de cada cargo, incluindo descrição, competências, escolaridade, exames requeridos e experiência.

3.7.4 Correlacionar competências definidas no perfil dos cargos com as atividades e processos produtivos de cada colaborador.

3.7.5 Realizar processos de avaliação, promovendo a gestão por competências para promoções verticais, horizontais, suspensões e treinamentos.


3.7.6 Permitir autoavaliação do colaborador e integrar os resultados com as regras de progressão e desenvolvimento.

3.7.7 Exibir resultados das avaliações diretamente no Portal, facilitando o acompanhamento e feedback.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	20	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.7.8** Gerenciar habilidades e capacitações, incluindo planos de desenvolvimento individual com treinamento e carreira.
- 3.7.9** Permitir avaliações de desempenho e clima organizacional, integrando os resultados aos demais processos de RH.
- 3.7.10** Gerir metas por meio de indicadores, com integração às metas empresariais.
- 3.7.11** Permitir que o colaborador visualize e responda à avaliação de seu desempenho, além de oferecer um espaço para feedback.
- 3.7.12** Visão de desempenho integrada;
- 3.7.13** Gestão de competências, metas individuais e compartilhadas (OKRs);
- 3.7.14** Integração do resultado das metas com folha de pagamento (remuneração variável).
- 3.7.15** Modelo de competências e avaliação flexível;
- 3.7.16** Avaliação de competências nos formatos: 90°, 180°, 270° e 360°;
- 3.7.17** Compartilhamento do Plano de Desenvolvimento Individual;
- 3.7.18** Inteligência Artificial para elaboração do PDI de colaboradores, com insights de mercado, ações práticas e dica de leitura.
- 3.7.19** Feedback e Elogios (Reconhecimento): Ferramentas para registro de feedbacks contínuos (não apenas no ciclo de avaliação) e um sistema de reconhecimento público entre pares e líderes.
- 3.7.20** Calibração e Matriz 9-Box: Exigir uma ferramenta para calibração de resultados das avaliações entre gestores e a funcionalidade de Matriz de Desempenho vs. Potencial (9-Box) para identificar talentos-chave.
- 3.7.21** Check-ins: Funcionalidade para agendamento e registro de conversas periódicas de alinhamento entre líder e liderado sobre o andamento das metas e do PDI.

3.8. GESTÃO DE PONTO:


	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	21	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

Este módulo proporciona um acesso completo e flexível aos colaboradores através de um portal web e aplicativo móvel, permitindo que eles realizem diversas consultas e interações relacionadas à sua jornada de trabalho, acertos e banco de horas, com base nas permissões definidas pela empresa. As premissas para este módulo são:

- Interface de acerto de ponto;
- Gestão das horas da equipe através dos totalizadores de horas disponibilizados para o gestor;
- Auxílio na redução de passivos trabalhistas, através de incidentes de possíveis irregularidades perante a legislação;
- Emissão do espelho de ponto no formato digital;
- Acertos e conferências em lote.
- Assinatura do ponto digital;
- Comprovantes de ponto digital e/ou físico;
- Dashboards de indicadores;

As funcionalidades devem incluir:

- 3.8.1** Gerenciar os horários de entrada e saídas dos empregados, bem como intervalo para o descanso;
- 3.8.2** Emissão do espelho de ponto;
- 3.8.3** Acerto de ponto;
- 3.8.4** Assinatura eletrônica da folha de ponto;
- 3.8.5** Acompanhamento diário do banco de horas;
- 3.8.6** Alerta das ocorrências realizadas para o colaborador e gestor, com envio automático para ambos.
- 3.8.7** Solicitação e Aprovação de Abono de Marcação: Permitir que o colaborador solicite abono de marcação ou período de gozo de férias, com aprovação do gestor.
- 3.8.8** Hierarquia de ajustes e aprovações;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	22	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.8.9 Gestão de incidentes de ponto;

3.8.10 Assinatura eletrônica;

3.8.11 Flexibilidade em automatizar diferentes definições sindicais;

3.8.12 Múltiplas opções no registro do ponto de qualquer lugar, mesmo off-line e com reconhecimento facial.

3.9. PORTAL DO COLABORADOR:

Este módulo proporciona um acesso completo e flexível aos colaboradores através de um portal web e aplicativo móvel, permitindo que eles realizem diversas consultas e interações relacionadas ao seu trabalho, com base nas permissões definidas pela empresa. As funcionalidades incluem:

- Visão integrada do perfil da sua equipe;
- Acesso direto dos colaboradores às informações individuais de ponto, remuneração e férias;
- Proporcionar feedbacks corporativos;
- Automatização processos e maior celeridade na captação de informações;
- Organograma da equipe e da empresa;
- Gestão das férias;
- Mural com as informações de movimentações e históricos;


3.9.1 Emissão de contracheque, imposto de renda e documentos contratuais;

3.9.2 Permitir o acesso de todos os colaboradores ao portal, para que possam consultar informações predefinidas de acordo com as permissões atribuídas, garantindo a segurança e a personalização do acesso.


3.9.3 Visualização de Contracheque: Possibilitar que o colaborador acesse seu contracheque de forma segura e rápida.

3.9.4 Consulta de Informe de Rendimentos: Facilitar a consulta aos informes de rendimentos para declaração de imposto de renda.

3.9.5 Solicitação de Férias: Permitir ao colaborador solicitar férias e acompanhar o histórico de férias.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	23	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.9.6** Consulta ao Histórico de Férias: Consultar o histórico de férias para monitorar os períodos já gozados e os disponíveis.
- 3.9.7** Consulta ao Calendário de Treinamento: Acesso ao calendário de treinamentos previstos para o colaborador.
- 3.9.8** Consulta a Avaliações Pendentes: Permitir que o colaborador visualize avaliações pendentes e seu status.
- 3.9.9** Gestão de Documentos: Permitir a interação e o gerenciamento dos documentos pessoais e funcionais do colaborador.
- 3.9.10** Permitir ao colaborador consultar relatórios diversos, incluindo relatórios de desempenho, horas trabalhadas, e outros de interesse.
- 3.9.11** A solução deverá possuir comunicação nativa ou fornecer middleware (agente comunicador) compatível com os 04 terminais de ponto legados em uso atualmente da CIGÁS, garantindo a coleta automática e agendada das marcações.
- 3.9.11.1** Caso o equipamento legado não possua comunicação direta, a CONTRATADA deverá desenvolver e configurar o software, ou fornecer um coletor com integração nativa sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 3.9.12** Disponibilizar um quadro de avisos para comunicar atualizações, notícias ou informações importantes para os colaboradores.
- 3.9.13** Suporte para a gestão de ações de endomarketing, comunicação institucional e comunicação interna, promovendo o engajamento e alinhamento dos colaboradores com a cultura da empresa.
- 3.9.14** Possibilitar que os colaboradores visualizem e respondam à pesquisa de clima organizacional, promovendo o engajamento e a melhoria contínua do ambiente de trabalho.
- 3.9.15** Permitir que os colaboradores se cadastrem em programas de treinamento e desenvolvimento.
- 3.9.16** Notificar os colaboradores via e-mail ou SMS sobre atualizações, aprovações ou pendências.
- 3.9.17** Guardar o histórico de execução de todos os processos e fluxos, incluindo aprovações e assinaturas digitais, para rastreabilidade e auditoria.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	24	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.9.18 O sistema deve gerar logs detalhados de acessos, possibilitando a análise das ações de usuários do Departamento Pessoal, promovendo a auditoria e segurança.

3.10. TERMINAIS DE PONTO:

O sistema deve ser capaz pelo gerenciamento de equipamentos de registro e coleta do ponto. Entre as funcionalidades esperadas:

3.10.1 Integração com os 04 terminais de ponto (legados), responsáveis pelo gerenciamento de equipamentos de registro e coleta do ponto (relógios).

3.11. CONTROLE DE ACESSO E PORTARIA

O sistema deve ser capaz de integrar o controle de acesso atual, composto por 4 dispositivos de controle de acesso (portas) por senha, e 2 catracas de acesso com leitor facial, garantindo que apenas pessoas e veículos autorizados possam entrar. O sistema deve ser capaz pela gestão de documentos de terceiros, ao permitir a personalização desses ativos para, assim, restringir o acesso conforme necessário. Entre as funcionalidades esperadas:

3.11.1 Proteger o patrimônio e a reputação da empresa;

3.11.2 Evitar o acesso de pessoas não autorizadas;

3.11.3 Garantir que as regras de acesso aos locais físicos sejam respeitadas;


3.11.4 Permitir acessar informações relacionadas a logs e módulos do sistema;

3.11.5 Cartão de acesso: Uma credencial do usuário que é identificada e liberada pelo sistema de acordo com as restrições estabelecidas pela empresa;

3.11.6 Reconhecimento facial: Utiliza algoritmos para analisar as características faciais de uma pessoa e compará-las com uma imagem previamente cadastrada;

3.11.7 O sistema deverá possibilitar o cadastro e controle de visitantes, registrando o acesso de pessoas externas, e garantindo a segurança e controle de acesso (módulo de acesso e segurança).

3.11.8 Deverá permitir o registro fotográfico de visitantes, armazenando as imagens em um repositório para facilitar o monitoramento e a identificação.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	25	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.11.9 Permitir o armazenamento de informações detalhadas sobre visitantes, incluindo documentos, contatos, datas e observações sobre as visitas realizadas.

3.11.10 Permissão de acesso para pessoas autorizadas e em horários pré-estabelecidos;

3.11.11 Identificação de pessoas presentes em uma área determinada área controlada;

3.11.12 Registro de todos os acessos em um banco de dados desenvolvido para este fim, para controle e rastreio de todas as pessoas que estão e/ou estiveram presentes na área controlada;

3.11.13 Verificação de documentos: A tecnologia valida automaticamente a autenticidade e a conformidade legal dos documentos de identificação e de autorização apresentados;

3.11.14 Registro de entradas: Monitora e registra todas as entradas, permitindo o controle do acesso de terceiros;

3.11.15 Geração de relatórios: Cria relatórios detalhados da gestão de acesso e segurança da empresa ou condomínio;

3.11.16 Agendamento de visitantes;

3.12 MÓDULO DE PLANEJAMENTO / QUADRO DE VAGAS

O sistema deve permitir controlar o quadro de colaboradores da organização, normalizar quadros existentes, fazer provisões de orçamento para futuras vagas, gerenciar propostas e fluxos de aprovação, entre outras funcionalidades. É possível também integrar com o módulo Recrutamento e Seleção, para fazer a gestão das solicitações e requisições de vagas.

3.12.1 Divisão entre quadro efetivo e previsto;


3.12.2 Normalização (sincronização) dos quadros existentes;

3.12.3 Gestão total sobre os quadros, podendo incluir, alterar e excluir vagas;

3.12.4 Agrupamento de postos de trabalho;

3.12.5 Quando integrado ao módulo Recrutamento e Seleção, o módulo de Quadro de Vagas permite a gestão das solicitações de vagas e requisições;

3.12.6 Gestão total sobre propostas e fluxo de aprovação de alterações no quadro;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	26	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.12.7 Gráficos, relatórios e telas para consulta e tomada de decisão;

3.12.8 O módulo de Quadro de Vagas também permite o controle das vagas através do local de organograma ou centros de custos, porém, com a implementação dos **postos de trabalho**, a recomendação é implantá-lo por posto. O sistema permite a consulta das informações anteriores (local/centro de custo) quando for implantada a rotina por posto.

3.12.9 As propostas de alteração do posto devem ser feitas por hierarquia, enquanto na rotina de local/centro de custo são por matrícula;

3.12.10 Na rotina por local/centro de custo, caso seja necessário adicionar a separação por carga horária no quadro, seria necessário criar os "cargos vagas". Por posto essa funcionalidade não é necessária, porque a granularidade do controle das vagas é definida através das características dos postos de trabalho, o que simplifica o cadastro de cargo;

3.12.11 Ambas as rotinas devem possuir as funcionalidades ou relatórios específicos. No entanto, a evolução de novos modelos de relatório mantém o foco na rotina por posto de trabalho;

3.12.12 A rotina por posto de trabalho deve permitir que as movimentações que impactam no quadro (estouro) solicitem credenciais (usuário e senha) de um usuário autorizador. Essa funcionalidade não existe na rotina por local/centro de custo.

3.12.13 Cálculo e gestão do orçamento de pessoal da empresa pelo RH;

3.12.14 Comparativo de orçamento planejado X realizado.

3.12.15 Planejamento, visualização do headcount (quadro de vagas) e orçamento por equipe;


3.12.16 Trajetória do colaborador.

3.12.17 Organograma;

3.12.18 Criação de fluxos de aprovação das vagas da empresa pelo gestor.

3.13 DASHBOARD E RELATÓRIOS

Este módulo de Dashboard e Relatórios tem como objetivo fornecer uma solução robusta e flexível para a criação, visualização, personalização e envio de relatórios, oferecendo

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	27	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

recursos avançados para análise de dados, tomada de decisões, e compartilhamento de informações.

3.13.1 O sistema deve permitir que os relatórios sejam gerados em diferentes formatos de arquivo, como .XLS, .PDF, .CSV, ou .XML, conforme a necessidade do usuário.

3.13.2 Relatórios podem ser emitidos em janelas ou diretamente para impressoras gráficas ou matriciais, com a opção de selecionar a impressora no momento da impressão.

3.13.3 O sistema deve oferecer relatórios analíticos que auxiliem na tomada de decisão, com a capacidade de personalização conforme a necessidade do usuário.

3.13.4 Permitir a criação e edição de relatórios dinâmicos, incluindo a criação de tabelas dinâmicas (Pivot Table), que permitem cruzamentos de dados entre linhas e colunas.

3.13.5 Permitir que os usuários salvem a configuração de relatórios, para que possam ser acessados por outros usuários com dados atualizados, sem a necessidade de recriar os relatórios.

3.13.6 O sistema deve permitir o agendamento automático de atualização de dados nos relatórios.


3.13.7 Formatar relatórios, permitindo opções como mostrar subtotais e ocultar áreas específicas do relatório.

3.13.8 Permitir o agendamento de envio de relatórios por e-mail nos formatos PDF (em orientação retrato ou paisagem), com link para acesso online direto ao relatório.

3.13.9 Possibilidade de compartilhamento de relatórios com outros usuários, permitindo o controle sobre permissões de alteração.

3.13.10 Permitir a geração de relatórios do ano em exercício ou por competência, com segmentações conforme o centro de custo;

3.13.11 O gestor pode criar categorias/máscaras para centros de custo a partir de relatórios de acompanhamento, com base no ano ou competência.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	28	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.13.12 Possibilitar a visualização e emissão do Recibo de Férias.

3.13.13 Permitir a visualização e emissão do Informe de Rendimentos para os colaboradores.

3.14 DO SUPORTE E SLA

Este módulo descreve os requisitos para o suporte ao cliente, focando no Portal do Cliente, na classificação de chamados, e na gestão de SLA (Service Level Agreement), com o objetivo de garantir a eficiência e controle nos atendimentos e resolução de problemas.

3.14.1 A Contratada deve disponibilizar um Portal do Cliente para que a Contratante possa registrar chamados relacionados a suporte.

3.14.2 O Portal deve controlar todo o processo de atendimento, incluindo a gestão dos prazos estabelecidos no SLA.

3.14.3 A abertura do chamado pode ser realizada tanto pelo Portal quanto via telefone, com o objetivo de registrar as ocorrências e garantir a rastreabilidade do atendimento.

3.14.4 O Portal deve permitir que o cliente classifique o tipo e a criticidade do chamado no momento de sua abertura.


3.14.5 Com base nas respostas fornecidas pelo cliente, o sistema deve classificar automaticamente a criticidade do chamado, facilitando a priorização do atendimento.

3.14.6 A data e hora de abertura da solicitação serão registradas como a data e hora em que a Contratada recebe a solicitação.

3.14.7 A data e hora de entrega serão registradas como a data e hora em que a Contratante recebe a solução, seja por meio de:

3.14.7.1 Esclarecimento de dúvidas para demandas do tipo “Dúvidas”;

3.14.7.2 Disponibilização de nova versão ou patch para solicitações do tipo “Erros” ou “Melhorias”.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	29	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.14.8 Tabela de SLA:


Classificação	Tempo de Atendimento		Tempo de Manutenção
	Retorno	Paliativa	Definitiva
Urgência	Até 2 horas úteis	Até 8 horas úteis	Até 24 horas úteis
Alta	Até 4 horas úteis	Até 16 horas úteis	Até 48 horas úteis
Normal	Até 4 horas úteis	Até 24 horas úteis	Até 80 horas úteis
Baixa	Até 4 horas úteis	Até 32 horas úteis	Até 160 horas úteis

3.14.9 A comunicação inicial para a solicitação de atendimento deve ser feita via Portal do Cliente ou telefone, garantindo o registro e controle adequado dos processos de atendimento.

3.14.10 As interações subsequentes relacionadas ao chamado poderão ser feitas por e-mail, ofício, pessoalmente ou telefone, de acordo com a necessidade e a conveniência do cliente.

3.14.11 O atendimento de suporte, tanto remoto quanto local, será realizado somente durante o horário comercial (Segunda a Sexta, das 7h às 18h, em dias úteis), garantindo que as solicitações sejam tratadas dentro deste período.

3.14.12 A CONTRATADA deverá disponibilizar um portal de apoio ao usuário, acessível via web, contendo materiais de capacitação e orientação para utilização do software de gestão de pessoas. O portal deverá incluir, no mínimo, manuais atualizados, vídeos tutoriais, guias práticos, perguntas frequentes (FAQ) e outros conteúdos explicativos que auxiliem os usuários finais e administradores na correta operação das

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	30	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

funcionalidades do sistema. Os materiais deverão ser apresentados de forma clara, objetiva e em língua portuguesa, devendo ser mantidos atualizados sempre que houver alterações, evoluções ou novas funcionalidades no software.

3.15 REQUISITOS TECNOLÓGICOS

O software de Recursos Humanos (RH) deverá atender aos seguintes requisitos funcionais obrigatórios, projetados para oferecer aos gestores uma solução robusta, segura e flexível, ajustada às necessidades específicas da Contratante. O sistema será voltado para o aumento de produtividade nas áreas de Recursos Humanos, Departamento Pessoal e Gestão de Pessoas, mantendo a conformidade com as exigências de segurança e rastreabilidade. Os requisitos específicos incluem:

3.15.1 O processo de autenticação deverá ser compatível com padrões modernos de segurança (como OAuth2, SAML ou OpenID Connect) para garantir a integridade dos acessos.

3.15.2 O software deverá possuir um sistema de auditoria que registre todos os eventos relacionados à autenticação e às ações dos usuários dentro dos módulos do sistema. A trilha de auditoria deverá ser detalhada e incluir:


3.15.2.1 Identificação do usuário responsável pela ação ("quem")

3.15.2.2 Data e hora em que a ação foi realizada ("quando")


3.15.2.3 Descrição da operação realizada (inclusão, alteração, exclusão ou consulta)

3.15.2.4 Descrição detalhada dos dados modificados ou acessados ("o quê")

3.15.3 Somente usuários com autorização explícita deverão ter acesso aos registros de auditoria, mantendo a segurança e a privacidade dos dados confidenciais.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	31	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- 3.15.4** Cada módulo do sistema deverá incluir uma funcionalidade de "Help" acessível e intuitiva, que forneça suporte ao usuário para o preenchimento de campos, orientações de uso e explicações detalhadas das funcionalidades.
- 3.15.5** O recurso "Help" deverá estar disponível em todos os módulos e páginas do sistema, permitindo que os usuários consultem a documentação relevante diretamente na interface, garantindo um melhor entendimento das operações e minimizando erros.
- 3.15.6** O sistema deverá ter uma interface totalmente em português do Brasil, assegurando uma experiência de usuário adequada e acessível para a equipe.
- 3.15.7** O sistema deverá permitir a criação e configuração de perfis de usuários, que poderão ser atribuídos com base nas funções e necessidades específicas de cada grupo ou setor da Contratante.
- 3.15.8** Cada perfil deverá conter permissões de acesso e edição customizáveis para cada módulo e funcionalidade do sistema, garantindo que os usuários possuam acesso apenas aos dados e operações relevantes às suas atividades.
- 3.15.9** Possuir um cadastro de grupos de usuários, permitindo definir os perfis de acesso ao sistema para cada grupo de usuários.
- 3.15.10** O software deverá ser totalmente compatível com os principais navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox e Edge), sem exigir a instalação de plug-ins ou outros componentes adicionais nos computadores dos usuários.
- 3.15.11** A interface deverá ser responsiva e compatível com diferentes resoluções de tela para assegurar uma experiência de uso consistente e fluida em diversos dispositivos.
- 3.15.12** O sistema deverá possuir API RESTful documentada (Swagger ou similar) para leitura e escrita de dados.
- 3.15.12.1** Para as integrações com o ERP atual (MXM/TOTVS/SAP), a CONTRATADA deverá fornecer os conectores prontos ou realizar o desenvolvimento necessário para o tráfego de dados financeiros e contábeis, garantindo a integridade da

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	32	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

informação nas duas pontas, todo o processo de desenvolvimento, quanto o processo de comunicação deve respeitar às boas práticas de segurança da informação, como por exemplo, na comunicação utilizar tokenização criptografada randômica ou tecnologia superior.

3.15.13 O sistema deverá possuir uma camada de integração baseada em APIs RESTful, permitindo a conexão com plataformas e sistemas externos já utilizados ou que venham a ser contratados pela Contratante.

3.15.14 A API deverá ser documentada de forma detalhada, descrevendo os endpoints, métodos, parâmetros, modelos de dados, e exemplos de uso, facilitando a implementação de automações e integrações futuras sem a necessidade de novos desenvolvimentos.


3.15.15 O software deverá permitir adaptações na camada de integração para possibilitar a expansão e a personalização dos processos conforme as necessidades operacionais da Contratante.

3.15.16 O sistema deverá realizar processamento integrado e on-line entre todos os módulos, permitindo que as informações fluam de maneira contínua e sem duplicidades entre as funcionalidades, incluindo especialmente o módulo de batidas de ponto e o módulo de folha de pagamento.

3.15.17 Esse processamento on-line deve evitar redundâncias de dados e promover maior rapidez e precisão na atualização das informações.

3.15.18 O sistema deverá ser desenvolvido com integração nativa entre os módulos, o que assegura maior desempenho, transparência e integridade dos dados, evitando a necessidade de adaptações ou integrações de terceiros.

3.15.19 O software deverá suportar múltiplos usuários simultaneamente, incluindo acesso remoto seguro, para que equipes em diferentes locais possam acessar o sistema em tempo real.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	33	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.15.20 Deve possibilitar a configuração de permissões e acesso diferenciados para cada usuário, assegurando o controle sobre quem visualiza e edita os dados.

3.15.21 Os processos no sistema deverão ser automatizados, intuitivos e de rápida execução, minimizando a necessidade de intervenção manual e facilitando o uso por diferentes perfis de usuários.

3.15.22 A interface deverá ser amigável, com fluxos de trabalho claros e lógica de navegação simplificada para otimizar o tempo e melhorar a eficiência.

3.15.23 O sistema deverá fornecer dados analíticos e relatórios estratégicos para apoiar gestores e líderes na tomada de decisões, promovendo uma gestão de pessoas baseada em informações precisas e atualizadas.


3.15.24 O sistema deverá automatizar todos os processos relacionados à elaboração, processamento e geração de relatórios da folha de pagamento, abrangendo diferentes categorias de colaboradores e suas respectivas informações.

3.15.25 Deverá permitir a configuração de regras específicas para diferentes tipos de remunerações, deduções e benefícios, atendendo às particularidades do quadro funcional.

3.15.26 O software deverá oferecer flexibilidade para parametrizar regras e fórmulas de cálculo conforme as políticas da Contratante, incluindo ajuste de percentuais e fórmulas de acordo com categorias de colaboradores ou mudanças de política.

3.15.27 O sistema deverá dispor de indicadores-chave de desempenho para o Recursos Humanos, permitindo a avaliação e o acompanhamento da performance e produtividade do setor, além de possibilitar análises em tempo real.

3.15.28 A solução deverá incorporar controles de segurança que possibilitem a aprovação segura de solicitações sensíveis (ex.: alterações de dados de colaboradores, ajustes em benefícios), garantindo a integridade dos dados e conformidade com políticas internas.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	34	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.15.29 O software deverá incluir funcionalidades específicas para a gestão de desempenho, permitindo a criação e monitoramento de avaliações periódicas de colaboradores, estabelecendo critérios de feedback e acompanhamento de metas.

3.15.30 O sistema deverá gerenciar integralmente a folha de pagamento, incluindo cálculo automático de vencimentos, descontos, adicionais e geração de holerites para cada colaborador.

3.15.31 Deverá incluir um módulo completo de controle de ponto eletrônico e gestão de acessos, permitindo o registro e acompanhamento das jornadas de trabalho dos colaboradores, com suporte a banco de horas e horas extras.

3.15.32 A solução deverá possibilitar o gerenciamento de planos de remuneração diferenciados e a administração de benefícios, ajustando-se a diferentes cargos, funções e localidades conforme as políticas da Contratante.


3.15.33 O sistema deverá atender integralmente aos requisitos legais da legislação brasileira em nível Federal, Estadual e Municipal.

3.15.34 Em caso de mudanças tributárias ou legais, o software deverá permitir a adaptação sem a necessidade de novos desenvolvimentos, incluindo funcionalidades de personalização para cenários fiscais ou de banco de horas específicos.

3.15.35 A Contratada deverá comprovar a titularidade dos direitos autorais e/ou a autorização de comercialização do sistema ofertado, apresentando documentos de licenciamento e certificação que garantam a conformidade e legalidade do software.

3.15.36 O software deverá permitir a configuração de controles de acesso por usuário, garantindo que cada usuário do Departamento Pessoal tenha acesso somente às informações pertinentes.

3.15.37 Deverá também manter logs detalhados de ações e acessos realizados pelos usuários, possibilitando auditoria completa das operações executadas no sistema, com registros de data, hora e tipo de operação realizada.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	35	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.15.38 A CONTRATADA deverá garantir a segurança e a proteção dos dados da CIGÁS, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), obrigando-se a:

a) Tratar os dados pessoais dos colaboradores e demais informações da CIGÁS acessadas em razão da execução do contrato exclusivamente para os fins a que se destinam, sendo vedada a utilização para quaisquer outros fins.

b) Apresentar, quando solicitado, sua política de tratamento de dados e as medidas técnicas e organizacionais adotadas para garantir a segurança da informação, incluindo, mas não se limitando a controles de acesso, criptografia, prevenção a vazamentos e planos de resposta a incidentes.


c) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos, multas ou prejuízos que a CIGÁS venha a sofrer em decorrência de falhas de segurança ou tratamento inadequado de dados de sua responsabilidade, incluindo o dever de comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante.

3.15.39 – Política de Backup e Recuperação de desastres:

3.15.39.1 A CONTRATADA deverá realizar rotinas de backup automático e redundante de todos os dados da CIGÁS.

Periodicidade: O backup completo (full) deverá ser realizado diariamente. O sistema deve possuir mecanismo de backup incremental ou de logs de transação (continuous data protection) que garanta um RPO (Recovery Point Objective) máximo de 4 (quatro) horas. Isso significa que, em caso de desastre severo, a perda máxima de dados aceitável será de 4 horas de trabalho.

3.15.39.2 Retenção: Os backups diários devem ser mantidos por, no mínimo, 45 (trinta) dias. Deverão ser mantidos backups mensais (fechamento de competência) pelo prazo de 5 (anos) anos, para fins de auditoria e conformidade legal, atentando sempre obrigatoriedade legais, por exemplo, por exemplo FGTS, preconiza armazenamentos das informações por 30 anos entre outros

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	36	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.15.39.3 Localização: As cópias de segurança devem ser armazenadas em local geográfico distinto do servidor de produção (zona de disponibilidade diferente), garantindo a sobrevivência dos dados em caso de catástrofe física no Data Center principal.


3.15.39.4 Testes de Restore: A CONTRATADA deve garantir a integridade dos backups e, se solicitada, demonstrar a capacidade de restauração (Restore) em ambiente de homologação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas (RTO - Recovery Time Objective).

3.15.39.5 INFRAESTRUTURA DE HOSPEDAGEM, SOBERANIA DE DADOS E LATÊNCIA:

3.15.39.5.1 Soberania e Localização: Por tratar-se de dados sensíveis de colaboradores de uma Sociedade de Economia Mista prestadora de serviço público essencial, e visando garantir a plena aplicação da legislação nacional (em especial a LGPD - Lei nº 13.709/2018) e a jurisdição brasileira em caso de litígios, o ambiente de produção (banco de dados e aplicação) deverá estar hospedado, obrigatoriamente, em Data Center localizado em território nacional (Brasil).

3.15.39.5.2 Latência e Experiência do Usuário: Considerando as particularidades da infraestrutura de telecomunicações do Estado do Amazonas, a hospedagem nacional deve garantir uma latência de rede (RTT - Round Trip Time) compatível com operações em tempo real a partir de Manaus/AM. A solução deve ser capaz de operar com estabilidade mesmo em cenários de latência média de 80ms a 100ms, sem degradação perceptível na renderização de telas ou timeout de transações.

3.15.39.5.3 Qualidade da Infraestrutura: O Data Center utilizado pela CONTRATADA deve possuir classificação mínima equivalente a Tier III, garantindo redundância de energia, refrigeração e conectividade, com disponibilidade mínima de 99,5% (SLA de Infraestrutura).

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	37	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.15.39.5.4 Vedação de Transferência Internacional: É vedada a transferência internacional dos dados de produção para fins de armazenamento principal, exceto para rotinas de redundância/backup secundário, desde que garantida a criptografia ponta a ponta e a chave de descryptografia permaneça sob custódia em território nacional.

3.16 SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÕES:


3.16.1 Serviços de implantação, customizações e parametrizações para integrações contábeis e/ou com outros sistemas e fluxos internos. Emissão e ajustes sistêmicos para emissão de relatórios gerenciais;

3.16.2 A CONTRATADA será responsável por conduzir o processo de migração dos dados históricos do sistema utilizado pela CIGÁS atualmente, para a nova solução contratada. Para tanto, deverá:

a) Apresentar, na fase de planejamento do projeto, um Plano de Migração de Dados detalhado, contemplando o escopo dos dados a serem migrados (ex: cadastros de colaboradores ativos e inativos, histórico salarial, histórico de férias, dados para o eSocial), o cronograma, as responsabilidades de cada parte (CONTRATADA e CONTRATANTE), os procedimentos de extração, tratamento, carga e validação dos dados.

b) Realizar testes de validação em ambiente de homologação, com o acompanhamento da equipe da CIGÁS, para garantir a integridade, acuracidade e consistência dos dados migrados antes da entrada do sistema em produção.

c) Caberá exclusivamente à CONTRATADA realizar o processo de ETL (Extração, Transformação e Carga) para sanear, adequar e importar esses dados para o novo sistema, garantindo a integridade do histórico contemplado no Sistema atual utilizado pela Companhia.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	38	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

3.16.3 Ao término da vigência contratual, por qualquer motivo, a CONTRATADA se obriga a executar um plano de transição para garantir a continuidade das operações da CIGÁS e a soberania sobre seus dados, devendo:


- a) Realizar a exportação integral de todos os dados e arquivos pertencentes à CIGÁS, incluindo o banco de dados completo, em formato padrão de mercado com seu respectivo dicionário de dados detalhado, legível e passível de importação por outros sistemas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a notificação de encerramento.
- b) Prestar suporte técnico, mediante negociação de horas de consultoria, para apoiar a equipe da CIGÁS ou de um novo fornecedor no processo de migração dos dados para outra plataforma.
- c) Após a confirmação formal por parte da CIGÁS do recebimento e validação dos dados, a CONTRATADA deverá promover a exclusão definitiva e segura de todas as informações da CONTRATANTE de seus ambientes de produção e backup, emitindo um termo de comprovação da eliminação.

3.17 SERVIÇO DE CONSULTORIA:

3.17.1 Serviço de consultoria especializada nos módulos implantados, a ser realizada sob demanda, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE e a ser faturado de forma mensal, considerando as horas utilizadas.

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O objeto da presente contratação pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto é classificado como bem/serviço comum, para fins do disposto no art. 32, IV, da Lei n. 13.303/2016, no parágrafo único, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	39	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

4.2. A contratação deverá observar as normas contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Regulamento Interno de Licitação – RILC da CIGÁS e legislações correlatas.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação será o de MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, conforme o art. 54 da Lei Federal nº 13.303/2016 e o art. 49, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

5.2. A proposta que apresentar o menor preço, mas falhar em demonstrar, na prática, qualquer um dos requisitos funcionais obrigatórios deste Termo de Referência durante a POC, será **DESCCLASSIFICADA**, convocando-se a próxima colocada para nova prova técnica.


5.3. A licitante deverá informar os seguintes dados na apresentação da proposta:

Item	Descrição do serviço	Und	Qtd	Valor Unitário (MENSAL) (R\$)	Valor Total (Valor Unitário X 12 Meses) (R\$)
1	Fornecimento de Software de Gestão de Pessoas	SV	1	-	-
2	Serviço de Instalação e Configuração	SV	1	-	-
3	Serviço de Consultoria	H	30*	-	

* Quantidade de horas estimadas 30h/mês sendo um total de 360h ano, a ser consumidas sob demanda.

Caso aplicável na proposta de preço deve constar de forma separada:

- ✓ Valor da licença de uso do software (mensal ou anual).

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	40	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

- ✓ Custo total do serviço de implantação e configuração.
- ✓ Valor da hora de consultoria (para as horas sob demanda).
- ✓ Custos de módulos opcionais, se houver.
- ✓ Política de reajuste para aquisição de novas licenças.


5.4. Os módulos de gestão de pessoas, folha de pagamento, gestão de documentos eletrônicos do e-Social, controle de ponto conforme Portaria 671, gestão de benefícios, segurança do trabalho, medicina ocupacional, gestão de desempenho, gestão do ponto, portal do colaborador, terminais de ponto, controle de acesso e gestão de portaria são considerados essenciais para a operação da Companhia.

5.5. Administração Pública reserva-se o direito de ativar novos módulos do software sob demanda conforme necessidade da CONTRATANTE (implementação futura), em atendimentos aos fluxos administrativos internos, sendo eles, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, analytics de RH, integração com sistemas financeiros. Esses módulos devem estar disponíveis na solução contratada, mesmo que sua ativação ocorra em fases posteriores, sendo que o pagamento ocorrerá sob demanda conforme utilização.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Comprovação de aptidão para fornecimento do objeto licitado, pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto deste Pregão, mediante apresentação de ATESTADO(S) ou DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA em nome da empresa licitante, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie(m) o histórico de fornecimento, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 60, inciso II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS.**

6.2. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência na implantação e integração da solução ofertada com sistema de gestão empresarial (ERP) de porte e complexidade equivalentes, tais como MXM Webmanager,

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	41	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				


TOTVS Protheus, SAP ou outros similares, com detalhamento dos integrados (ex. Contabilidade, Financeiro e etc).

6.3. A licitante melhor classificada, após a comprovação da qualificação técnica mediante a apresentação dos atestados exigidos nos itens 6.1 e 6.2 deste Termo de Referência, será convocada para apresentação da Prova de Conceito (POC) do sistema proposto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação do Pregoeiro.

6.4. A Prova de Conceito deverá ser realizada obrigatoriamente por meio de apresentação virtual na plataforma Zoom, através de link de acesso disponibilizado pela Licitante, para demonstração da solução em ambiente SaaS (Software como Serviço), contemplando, de forma integral e sem customizações posteriores, todas as funcionalidades previstas no presente Edital de Licitação e respectivos subitens deste Termo de Referência, em estrita conformidade com o objeto da contratação.

6.5. Para fins de avaliação, a licitante concorda na gravação da referida apresentação, tendo ciência da publicidade da gravação aos demais licitantes caso os mesmos solicitem formalmente, com permissões suficientes para a verificação completa das funcionalidades exigidas, vedada qualquer limitação que impeça ou restrinja a análise técnica do sistema.

6.6. A presente Prova de Conceito tem como objetivo comprovar, de forma prática e transparente, a plena aderência do sistema e às funcionalidades e requisitos técnicos previstos no Edital e respectivos subitens deste Termo de Referência. A demonstração será realizada em ambiente SaaS da participante, sem qualquer customização posterior, assegurando que todas as funcionalidades exigidas no Anexo A, sejam verificadas em sua integralidade. Além disso, a POC busca esclarecer eventuais dúvidas que sugiram e questionamentos da Administração Pública, que serão feitas durante reunião online da prova, garantindo segurança, confiabilidade e conformidade com os parâmetros legais e operacionais estabelecidos, com intuito de não ocasionar prejuízo para administração pública. A não conformidade com quaisquer dos requisitos exigidos no roteiro apresentado no Anexo A deste Termo de Referência, acarretará a **desclassificação** da licitante, observado o devido processo administrativo.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	42	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

6.7. ROTEIRO DE PROVA (SCRIPT DE TESTES): A POC não se limitará a uma apresentação comercial. A licitante deverá executar, em tempo real, um Roteiro de Testes (Script) fornecido pela CIGÁS no momento da convocação, simulando cenários reais de uso (ex: cálculo de folha complexa, integração de ponto, carga de dados, simulação de latência de rede).

6.8. CRITÉRIO DE ACEITE: A avaliação será objetiva (BINÁRIA), baseada no cumprimento integral do Roteiro de Funcionalidades Essenciais a serem apresentadas na Prova de Conceito (Anexo A).

6.8.1. O não atendimento a qualquer um dos itens obrigatórios do Roteiro de Funcionalidades Essenciais a serem apresentadas na Prova de Conceito (Anexo A) ou a falha na execução dos cenários de teste implicará na REPROVAÇÃO técnica da licitante e sua consequente desclassificação do certame, não cabendo pontuação parcial.

7. PRAZO:

7.1. Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 13.303/16.


7.2. Prazo de Execução do serviço: O serviço deverá ser executado em até 4 (quatro) meses, a contar da data de envio da Ordem de fornecimento.

8. DA ENTREGA:

8.1. Utilizar framework de metodologia ágil para gerenciamento do projeto de acordo com o manifesto ágil definindo os papéis, eventos, artefatos etc.;

8.2. Disponibilizar de forma atualizada o cronograma das “sprints” do projeto e o planejamento das entregas;

8.3. Definir “sprints” de 02(duas) semanas e disponibilizar o backlog destas sprints a fim de estarem de acordo com a solicitação do cliente interno da CONTRATADA;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	43	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

8.4. Realizar reuniões com apresentação do conteúdo desenvolvido no dia anterior, explanação do planejamento para o dia corrente e possíveis impedimentos encontrados;

8.5. Disponibilizar de forma atualizada “radiadores de informação” (ex.: gráfico de Burndown) para acompanhamento das entregas do projeto;

8.6. Realizar reuniões de planejamento e revisão das sprints a fim de permitir que a CONTRATANTE avalie o andamento e dê o direcionamento necessário para atendimento aos requisitos (definição de pronto) de cada uma das entregas do projeto;

8.7. Definir junto com a CONTRATANTE a priorização dos itens do projeto (backlog) para cada Sprint assim como os requisitos mínimos para aceitação da entrega;

8.8. Permitir a alteração na prioridade dos itens do projeto (backlog) por parte da CONTRATANTE afim de flexibilizar o planejamento das entregas, sem apresentar ônus a CONTRATANTE;


8.9. A prorrogação de prazo de entrega do objeto ofertado somente será concedida mediante pedido formal, com justificativa plausível e aceita pela CIGÁS

8.10. Os serviços executados que não cumprirem e respeitarem as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, no Contrato e no Edital, serão recusados pelo representante da CIGÁS responsável por essa tarefa e colocados à disposição da CONTRATADA, para correção do mesmo, pelo período de estipulado pela contratante, para a pertinente reparação no atendimento do edital e do Contrato

8.11. Caso a CONTRATADA não providencie a devida correção no prazo estabelecido, a CIGÁS poderá penalizar de acordo com o previsto em Lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES:

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	44	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

9.1.1. Obedecer rigorosamente às condições, contidas no **Processo Administrativo 003/2025**, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela **CIGÁS**;

9.1.2. Fornecer para a Contratante toda a infraestrutura tecnológica, incluindo servidores, sistema operacional e software gerenciador de bancos de dados, para os ambientes de treinamento e produção, para implantação dos softwares;

9.1.3. Cumprir todos os termos da sua proposta em atendimento às especificações técnicas da Solução ofertada, sob pena de cancelamento do contrato firmado;

9.1.4. Garantir que novas versões, atualizações ou correções da Solução estarão disponíveis para atender a novas versões do sistema operacional e do gerenciador de bancos de dados em que a solução estiver instalada, reservado o tempo necessário para os ajustes da aplicação às novas versões dos sistemas paralelos;


9.1.5. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;

9.1.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio da contratante ou de terceiros decorrente da execução dos serviços contratados;

9.1.7. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação;

9.1.8. Após a realização de qualquer serviço, a Contratada deverá emitir relatório à área gestora com os dados/ descrição de todo o serviço realizado;

9.1.9. Disponibilizar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, respondendo pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com a licitante;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	45	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

9.1.10. A Equipe a ser alocada pela Contratada deverá ser composta por profissionais que atendam a todos os perfis e critérios de experiência. A Contratada poderá, ao longo do projeto, identificar a necessidade de alocar profissionais para exercerem perfis adicionais aos indicados, para atuarem, por exemplo, como Especialistas, com elevado conhecimento técnico e prático em áreas específicas que sejam necessárias à implantação da Solução;

9.1.11. Responsabilizar-se pelo transporte de pessoal e dos materiais necessários à execução dos serviços;

9.1.12. Apresentar seus empregados devidamente identificados com crachás para o cumprimento de suas atividades;

9.1.13. Arcar com as eventuais despesas de hospedagem, passagens aéreas, locomoção e alimentação de seus colaboradores, durante todo o período de vigência do contrato;

9.1.14. Fornecer o objeto da presente licitação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CIGÁS**.


9.1.15. Iniciar a execução do serviço/entrega de materiais, após a o recebimento da Ordem de Serviço, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido.

9.1.16. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados.

9.1.17. Responsabilizar-se pelo transporte, descarrego e seguro de materiais, devendo os mesmos ser entregues à CIGÁS em perfeitas condições de uso.

9.1.18. Responsabilizar-se por todas as despesas com reposição dos materiais fornecidos, transporte e descarga.

9.1.19. Substituir, sem custos adicionais, qualquer produto com defeito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	46	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

9.1.20. Manter a **CIGÁS** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do fornecimento dos materiais, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

9.1.21. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CIGÁS** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.1.22. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **CIGÁS**, quanto aos produtos, serviços e materiais fornecidos.


9.1.23. Fornecer todos os materiais/serviços com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

9.1.24. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante o fornecimento do material e/ou execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.1.25. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

9.1.26. Comunicar imediatamente à **CIGÁS**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA**, a fim de que sejam corrigidos.

9.1.27. Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega dos materiais.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	47	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

9.1.28. Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CIGÁS**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância delas, sem prejuízo para a **CIGÁS**.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

9.2.2. Fornecer para a Contratada toda a infraestrutura física, incluindo espaço físico, energia elétrica e climatização para a realização dos serviços, além de máquinas e telefone fixo;

9.2.3. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades e regras de atendimento as localidades e aos usuários, bem assim, os prazos e etapas para cumprimento das obrigações;


9.2.4. Fornecer à Contratada todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços pela Contratada;

9.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao software contratado que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.2.6. Facilitar o acesso a equipamentos, instalações, documentos e informações necessários para a execução do projeto;

9.2.7. Supervisionar e aprovar os trabalhos da Contratada;

9.2.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada, incluindo a proposição de modificações na sistemática de prestação dos serviços;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	48	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

9.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**

9.2.10. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado

9.2.11. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados.

9.2.12. Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no objeto contratado.

9.2.13. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

9.2.14. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

9.2.15. Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, está dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações deste **CONTRATO** e seus anexos.


9.2.16. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais contratados.

9.2.17. Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Ordens de Serviço /Fornecimento correspondentes.

10. REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	49	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.5. Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

11. GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS


11.1.A Contratada deverá prestar garantia técnica da execução do objeto ofertado, corrigindo ou reparando todo o serviço que apresentar qualquer tipo de defeito, decorrente de uso normal, pelo período de estipulado pela contratante, a contar da data do recebimento definitivo pela CIGÁS.

11.2.A contratada é obrigada a reparar, corrigir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, de materiais ou equipamentos empregados, em conformidade com a Lei 8.078/90, Lei de Defesa do Consumidor.

11.3.A garantia do objeto será de 12 (doze) meses após a entrada em operação da prestação de serviços executados pela contratada.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia de 5% (cinco) por cento do valor total do contrato, nos termos do artigo 94, §2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	50	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

12.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (dois por cento).

12.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos da Lei n. 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS.

12.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.5. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não Adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.6. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou Dolo durante a execução do contrato;

12.7. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

12.8. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.


12.9. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.10. A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação;

12.11. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta-caução na conta da CIGÁS.

12.12. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da CONTRATANTE.

12.13. A garantia será considerada extinta:

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	51	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

12.14. Não será executada a garantia nas seguintes hipóteses:


- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

12.15. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas neste item.

12.16. Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração.

12.17. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela CONTRATANTE.

13. ORIGEM DOS RECURSOS

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	52	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

13.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto desta contratação serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, previstos na conta 5.1.3.02.019 – Informática, conforme orçamento de Despesa Operacional de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

14. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada pela gerência competente, segundo a legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua aprovação, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme abaixo:

14.1.1. Certidão Negativa de Débitos do FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, e trabalhista, válidos.


14.2. Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstância que impeça o pagamento da despesa, eles serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas cabíveis. Neste caso, o prazo de pagamento iniciar-se-á após a regularização, sem ônus à CONTRATANTE.

14.3. As condições e formas de pagamento também estabelecidas na minuta do **CONTRATO**.

14.4. . A condições de Faturamento e Pagamento será por Resultado.

14.4.1. Serviços de Implantação (Setup): O pagamento dos serviços de implantação, migração e treinamento será realizado de forma parcelada, condicionado à aprovação técnica das entregas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, vedado o pagamento antecipado.

14.4.2. Licenciamento Mensal (SaaS): O faturamento da assinatura mensal (licenciamento) somente terá início após a emissão do Termo de Aceite Definitivo (Go-Live) de cada módulo, sendo vedada a cobrança de mensalidades durante a fase de implantação.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	53	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

14.4.3. O pagamento referente aos serviços de implantação, instalação e configuração será realizado de forma parcelada, vinculado estritamente ao cumprimento de etapas e entregas (milestones), conforme a seguinte distribuição:

14.4.3.1. A primeira parcela, correspondente a 10% (dez por cento) do valor total dos serviços de implantação, será devida após a conclusão da etapa de Planejamento, condicionada à apresentação e aprovação formal pela CIGÁS do Plano de Projeto, do Cronograma detalhado de execução e da Matriz de Riscos.


14.4.3.2. A segunda parcela, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor, será liberada após a etapa de Parametrização e Migração, mediante a conclusão da configuração do ambiente e a efetiva migração da base de dados histórica, devidamente validada quanto à sua integridade pela equipe técnica da Contratante.

14.4.3.3. A terceira parcela, no montante de 30% (trinta por cento), será devida na conclusão da fase de Homologação, que compreende a realização integral do treinamento dos usuários-chave (Key-Users) e a validação funcional do sistema em ambiente de teste (User Acceptance Testing - UAT).

14.4.3.4. A quarta e última parcela, correspondente aos 30% (trinta por cento) finais, será paga somente após a fase de Operação Assistida e Go-Live, condicionada à virada do sistema para o ambiente de produção, ao processamento bem-sucedido da primeira folha de pagamento e à consequente emissão do Termo de Aceite Definitivo pela CIGÁS.


15. DA MATRIZ DE RISCOS

15.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	54	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

TIPO DE RISCO	MOTIVO	RESP. CONTRATANTE	RESP. CONTRATADA
Erros na configuração	Falta de conhecimento técnico		X
	Problemas na definição dos papéis e responsabilidades	X	
	Falhas na implementação das regras de SOD		X
	Problemas de compatibilidade com outros sistemas		X
Violação de acesso	Acesso indevido a informações restritas		X
	Fraudes e manipulações de dados		X
	Violação da privacidade dos usuários		X
	Violação de regulamentações e normas	X	
Falhas na monitoração	Falta de monitoração constante dos acessos		X
	Falhas na identificação de anomalias		X
	Falta de capacidade de resposta a incidentes		X
	Problemas com a integração de ferramentas de monitoração		X
Falhas na documentação	Falta de documentação adequada	X	
	Problemas com a manutenção da documentação	X	
	Falta de treinamento e capacitação		X

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN	FOLHA:	55	de	58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

16. VISITA TÉCNICA: As empresas interessadas em participar do certame licitatório **PODERÃO** realizar visita técnica no local onde serão executados os serviços, examinando, tomando ciência do estado das instalações, características, quantidades e eventuais dificuldades para execução dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento dessas informações.

16.1. A visita tem por finalidade avaliar as condições das instalações atualmente existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, conseqüentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do CONTRATANTE.

16.2. A visita poderá ser realizada, no horário das 07:00 às 16:00 horas, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto a COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS, localizada na Avenida Torquato Tapajós, n. 6.100, no Bairro de Flores, Manaus/AM, CEP: 69058-830, por meio do telefone (92),3303-3226.

16.3. A visita poderá ser realizada por profissional habilitado da interessada e será acompanhada por representante do CONTRATANTE.


16.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

16.5. Os assuntos também poderão ser tratados através de reuniões virtuais.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

17.1. A GESTÃO e FISCALIZAÇÃO, durante a execução dos serviços, será exercida pela CIGÁS, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as condições deste Termo.

17.2. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	56	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do artigo 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

17.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.


18. PROPRIEDADE, SIGILO, RESTRIÇÕES:

18.1. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todas as informações, dos dados e informações referentes ao objeto ofertado, sob as penas da Lei, inclusive os que lhe forem transmitidos pela CIGÁS.

19. DAS PENALIDADES:

19.1. Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no art. 111 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS.

19.2. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** o direito da ampla defesa e do contraditório.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	57	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

20. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:


20.1. Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei n. 13.303 de 30 de junho de 2016 e Regulamento Interno de Licitação e Contratos - RILC/CIGÁS.

Manaus, 23 de janeiro de 2026.

Ana Livia Parente Timbó
Gerente de Recursos Humanos

Marcelo Nogueira de Alencar
Gerente da Tecnologia da Informação

Cayo César de Araújo da Silva
Supervisor de Sistemas

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR- 003/2025	Rev.	2
	GERÊNCIA:	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN		FOLHA:	58	de 58
	TÍTULO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PESSOAS.				

ANEXO A

Roteiro de Funcionalidades Essenciais a serem apresentadas na Prova de Conceito (POC):

- ☒ Cadastro e gestão de colaboradores (conforme item 3.1 e seus subitens)
- ☒ Cálculos de folha de pagamento, benefícios e outros eventos (conforme item 3.4 e seus subitens)
- ☒ Terminais de ponto e controle de acesso (conforme itens 3.3 e 3.10 e seus respectivos subitens)
- ☒ Gestão de banco de horas (conforme itens 3.1 e 3.3 e seus respectivos subitens)
- ☒ Gestão de vagas (conforme item 3.12 e seus subitens)
- ☒ Gestão de treinamentos (conforme itens 3.9 e 3.11 e seus respectivos subitens)
- ☒ Gestão de desempenho (conforme item 3.7 e seus subitens)
- ☒ Remuneração variável e metas (conforme itens 3.1 e 3.7 e seus respectivos subitens)
- ☒ Gestão e planejamento orçamentário (conforme item 3.12 e seus subitens)
- ☒ SESMT (conforme item 3.5 e seus subitens)
- ☒ Recrutamento e Seleção (conforme item 3.1 e seus subitens)
- ☒ Controle de férias, licenças e afastamentos (conforme item 3.1 e seus subitens)
- ☒ Controle de acesso por perfis e níveis de permissão (conforme item 3.1 e seus subitens)
- ☒ Envio de obrigações eSocial (conforme item 3.2 e seus subitens)
- ☒ Portal do colaborador (conforme item 3.9 e seus subitens)
- ☒ Portal academy da plataforma (conforme item 3.14.12)
- ☒ Relatórios gerenciais e indicadores de desempenho (conforme item 3.13 e seus subitens)
- ☒ Camada de API devidamente documentada (conforme item 3.15 e seus subitens)

ANEXO III**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital e seus anexos.

Nome Fantasia:**Razão Social:****CNPJ:****Optante pelo Simples?****Insc. Municipal:****Insc. Estadual:****Endereço:****E-mail:****Telefone/Fax:****Representante:****RG:****CPF:****PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS)**

Lote	Nº Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (MENSAL) (R\$)	Valor Total (Valor Unitário X 12 Meses) (R\$)
1	1	Fornecimento de Software de Gestão de Pessoas	Und.	1	-	-
	2	Serviço de Instalação e Configuração	Sv	1	-	-
	3	Serviço de Consultoria	H	30*	-	-
Valor Total					R\$	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (colocar o valor numérico e por extenso).**VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior ao especificado no edital.**

GARANTIA: O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro e demais exigências especificadas no Edital e seus anexos.

Obs.: Utilizar papel timbrado da Empresa**MANAUS, XX DE XXXXXXXXXXXXX DE 2026.**

(Nome e Assinatura: Presidente, Diretor ou Assemelhado da Empresa).

(FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, atentando ao disposto na Lei nº 13.726/2018).

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, por meio do seu representante legal (ou procurador), (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) Sr(a). _____, sob o CPF nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local, data e assinatura

Nome e CPF do representante legal

(Firma reconhecida em cartório, atentando ao disposto na Lei n. 13.726/2018).

Obs.: Utilizar papel timbrado da Empresa